

Universidade de Brasília - UnB
Instituto de Ciências Humanas - IH
Departamento de Serviço Social - SER

NATALIA PEDROSO VEIL

PROGRAMA CULTURA VIVA

Um diálogo entre cultura e cidadania

BRASÍLIA

2008

NATALIA PEDROSO VEIL

PROGRAMA CULTURA VIVA

Um diálogo entre cultura e cidadania

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social pela Universidade de
Brasília - UnB.

Orientadora: Prof. Dra. Denise
Bomtempo Birche de Carvalho

BRASÍLIA

2008

NATALIA PEDROSO VEIL

PROGRAMA CULTURA VIVA

Um diálogo entre cultura e cidadania

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do grau de Bacharel em
Serviço Social pela Universidade de
Brasília - UnB.

Orientadora: Profa. Dra. Denise
Bomtempo Birche de Carvalho

Brasília, 10 de dezembro de 2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Denise Bomtempo Birche de Carvalho
Departamento de Serviço Social/ UnB

Profa. Dra. Silvia Cristina Yannoulas
Departamento de Serviço Social/ UnB

Manoel de Andrade Correa (Biguel)
Atuou como Consultor do PNUD na implementação do Programa Cultura Viva e
Coordenador da Divisão de Comunicação e Eventos da SPPC/MinC

*Dedico este estudo ao cultivo (e)terno de
“Um mundo de arte e magia”.*

Sozinha não chegaria aqui. Meus sinceros agradecimentos...

À minha mãe e ao meu irmão pela cultura do amor, do sorriso e da simplicidade. A cada Pedroso, pelas células de afeto e aconchego que me compõem. Ao Veil, pela oportunidade de nascimento e auto-conhecimento.

Às amigas de infância que brincaram comigo na pracinha. Às da adolescência e da atual fase que não me permitem esquecer de brincar. Aos amigos meninos com os quais sempre tive intensa identificação. Aos meus animais de estimação, que em seu silêncio mais profundo ensinam sensibilidade ao meu coração.

Aos amigos e aos profissionais que acreditaram (às vezes mais do que eu) na escrita deste capítulo chamado *universidade*: Cláudio Moraes, Paulo de Tarso, Patrícia Pacheco, Ana Lúcia e Hiderlene pelas palavras certas nos momentos incertos. À dedicação de cada professor que teve, comigo, disposição para driblar as dificuldades de se lecionar em nosso país. Aos amigos Gildo Felipe e Rafael Gabriel pela primorosa revisão desse texto. À minha sábia e querida amiga que nesta vida me acompanha desde o início deste curso, Cláudia Regina, metade deste diploma também é seu.

Àqueles que ainda delimitaram meus caminhos mais específicos dentro do Serviço Social, a citar: Heliete Karan, Clemira Ordoñez, Raimundo Tadeu, Patrícia Almeida, Luzanira M. S. Ribeiro, pelos olhares de aposta e confiança de onde tirei os ensinamentos mais valiosos na aliança entre academia e vida. Ao Evilásio Salvador, Silvia Yannoulas, Denise Bomtempo e Manoel Bignel pela disposição, orientação e incentivo.

Aos que, tão generosamente, tornaram este aprendizado possível: Rose Figueiredo, Célio Turino, Chico Simões, Elisiário Palermo, Robson Bomfim, Lucimar Weil, Henrique Crasto, Mila Petrillo, Alen Guimarães, Luiz Carlos de Menezes, Paulo César, Robson (BA), Curupati, Wander, Diva, Atchuapé, Moreno, Tarcísio, Prudêncio, Simone, Santini, Bruno, Zé do Pife, Binho, Bárbara, Irene, Bernadete, Emanuele, Maria, Márcio, Fabiana, Mestre Batista, Dona Sirlei, Paulo Romeu Theodoro, Alcides de Lima, Tânia Anaya e ainda os anônimos, os omitidos e os pecavelmente esquecidos por mim.

À espiritualidade amiga, que me acompanha em mais esta jornada evolutiva sem jamais me deixar desamparada e, claro, à *inteligência suprema, causa primeira de todas as coisas*¹ – Deus – por proporcionar tudo isso e tanto mais.

¹ Resposta à primeira pergunta do Livro dos Espíritos codificado por Alan Kardec: Que é Deus?

"A cultura integra ações, dá sentido às realizações e reformas dos governos. É ela o fio condutor que une o direito à saúde, ao transporte, à moradia, à escola, ao trabalho (...) à cidadania. É com a cultura e somente com ela, que conduziremos nossa sociedade à igualitária democracia, recolocando os cidadãos no caminho da emancipação humana".

Célio Turino

RESUMO

O presente trabalho é uma análise do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária – Cultura Viva –, concebido pela Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) do Ministério da Cultura (MinC). Dada a natureza e o tamanho deste trabalho, a análise do Programa Cultura Viva é aprofundada apenas no que tange a seus pressupostos e ações em cidadania, tendo em vista a relevância deste tema para o fortalecimento da democracia e a construção de uma sociedade mais solidária, justa, inclusiva, ética entre tantos outros ganhos dessa natureza. Os objetivos desta pesquisa são a compreensão da concepção e promoção da cidadania dentro do Programa Cultura Viva, a identificação de possíveis limites e potencialidades acerca desse processo, ouvir informantes-chaves e usuários, e sugerir uma aproximação entre cultura, cidadania e o serviço social. Foi adotada metodologia com base na pesquisa qualitativa. Os instrumentos selecionados para coleta de dados foram a observação participante e um roteiro de entrevistas semi-estruturado, elucidado por meio de análise de conteúdo. No decorrer do trabalho a teoria aproxima cultura e cidadania com a esfera do poder evidenciando suas implicações quando articuladas com vistas à transformação social. Os resultados dessa pesquisa apontam não apenas alguns limites desse processo, mas traz fortes indícios de que o Programa Cultura Viva é uma ação governamental de contribuição efetiva para a promoção da cidadania. Nas considerações finais é sugerido um diálogo entre a cultura, a cidadania e o serviço social inspirado em suas potencialidades comuns.

Palavras-chave: 1. Cultura 2. Cidadania 3. Política Cultural 4. Programa Cultura Viva

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
	1.1 SITUAÇÃO ENCONTRADA.....	9
	1.2 METODOLOGIA.....	15
2	CAPÍTULO I	19
	2.1 CULTURA	19
	2.1.1 Cultura, poder e Estado.....	21
	2.1.2 Política Cultural	23
	2.2 CIDADANIA.....	25
	2.2.1 Direitos Sociais	28
3	CAPÍTULO II.....	33
	3.1 PLANO NACIONAL DE CULTURA	33
	3.1.1 Breve apresentação	33
	3.1.2 Cidadania à luz do Plano Nacional de Cultura	34
	3.2 PROGRAMA CULTURA VIVA.....	34
	3.2.1 Breve Apresentação	34
	3.2.2 Execução	38
	3.2.3 Cidadania à luz do Programa Cultura Viva	39
4	RESULTADOS DA PESQUISA	41
	4.1 CONCEPÇÃO	41
	4.1.1 Cultura.....	41
	4.1.2 Cidadania	44
	4.1.3 Diálogo entre cultura e cidadania	45
	4.2 PROMOÇÃO.....	46
	4.2.1 Acesso	46
	4.2.2 Gestão compartilhada.....	47
	4.3 LIMITES E POTENCIALIDADES	47
	4.3.1 Limites	47
	4.3.2 Potencialidades	49
	4.3.3 Afinal, e a cidadania?.....	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
	ANEXO I – Roteiro de entrevista semi-estruturado	61

1 INTRODUÇÃO

1.1 SITUAÇÃO ENCONTRADA

O mundo contemporâneo enfrenta todos os tipos de questões e problemas, alguns muito antigos e outros que surgiram mais recentemente, junto com a intensificação da globalização. Diversos problemas locais têm sido evidenciados, bem como as possíveis soluções. Com as facilidades de telecomunicações, temos acesso praticamente instantâneo às novidades em ciência, economia, política, cultura, entre outros temas – que se influenciam mutuamente, ou nem tanto assim.

Percebe-se, no campo cultural, demasiado grau de influência de hábitos e costumes dos países de maior poder econômico sobre outros geralmente menos ricos ou mesmo pobres. No entanto, em alguns aspectos os avanços dessa influência cultural são igualmente notáveis e positivos como, por exemplo, na ciência, onde uma descoberta de tratamento ou cura para doença rara, poderá, em pouco tempo, ser disponibilizada a qualquer sujeito do mundo, independente das distâncias fronteiriças.

Dentro de um país essa influência cultural se repete. Os valores e comportamentos “ditados” pelo estado de maior poder poderá exercer mudanças nas mais pacatas micro comunidades. Este texto, porém, não busca um retorno nostálgico ao período em que era muito difícil adquirir uma televisão ou fazer uma viagem mais distante, muito menos defende um “engessamento” nos modos de vida, mas trata da necessidade de se preservar ou cultivar uma identidade cultural nacional ou local, que já existia bem antes de qualquer influência externa, na certeza de que *“a diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações”*².

As regras de acúmulo do capital vêm deixando pessoas doentes no mundo inteiro: estresse, depressão, síndromes, fobias, competitividade, etc., são elementos que têm incorporado vorazmente o dia-a-dia da humanidade. Modos de relacionamento humano, por vezes pautados no desrespeito, no individualismo, na efemeridade, podem estar se acentuando e contribuindo para que os valores da sociedade estejam perdendo o espaço das condutas socialmente desejáveis.

² Convenção Sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, 2005.

Nas escolas tem sido freqüente encontrar professores com sentimento de medo ou muita precaução com relação aos alunos, seja porque há maior entrada de drogas e armas dentro das salas de aulas, seja pelo desrespeito e violência que tem permeado essa relação. A educação escolar está comprometida, a educação comunitária está comprometida, que dizer até mesmo da educação familiar?

A precarização das relações de trabalho, a competitividade, o desemprego, a desigualdade, a injustiça social, entre tantos outros fatores, têm desfavorecido a constituição de um núcleo familiar sólido, capaz de promover o desenvolvimento de indivíduos nutridos pela ética, pelo respeito e pela solidariedade.

Dessa forma toma-se como importante a construção de uma cultura nova, uma cultura de paz, uma cultura de solidariedade, de respeito, de ética. Uma cultura democrática, onde todos tenham a liberdade de gozar do mínimo que já é seu por direito: a cidadania. As mudanças devem ocorrer a partir do campo educacional, não apenas da escola formal, mas da educação comunitária e familiar.

No entanto, não é apenas no campo da educação que as mudanças se fazem urgentes e necessárias. A ordem política e econômica também são grandes responsáveis pelos acontecimentos que influenciam a vida: onde se habita (ou se consegue habitar), o que se consome (ou se consegue consumir), aqueles que dirigem politicamente o país etc. são fatores essenciais para que se possa obter uma vida mais equilibrada, digna, apropriada, elevada em qualidade.

Talvez esta linha de pensamento sugira mudanças tão grandes que se torna difícil até mesmo sua visualização, mas de que outra forma se chega a algum lugar senão através do início? Nesse intuito convida-se Gramsci (1995a, p. 13, 14), esse grande pensador da cultura, a confirmar a necessidade de uma luta coletiva por uma nova cultura para que haja as transformações históricas no seio da sociedade:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas "originais"; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las" por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.

Por isso compreende-se a cultura como um desses caminhos, pois perpassa todas as situações acima citadas (e tantas ou mesmo todas as outras) e, justamente por isso, ela é aqui entendida como importante agente de transformação social – seja para uma transformação boa ou ruim, depende de onde se quer chegar e o caminho escolhido.

Falar de cultura não é uma tarefa simples, mas esse é um dos desafios que incita a realização deste trabalho. Ela é uma palavra com um grande número de significados, interpretações e aplicações, sendo possível identificar – apenas no dicionário Houaiss (2001) – oito diferentes acepções para o termo. De maneira geral, pode-se dizer que, das definições descritas, a que mais se aproxima do enfoque deste trabalho será a compreensão da cultura como elemento imaterial, que permeia todas as relações em sociedade.

Segundo outro autor convidado para a compreensão do termo, Santos (1994, p. 44, 45), cultura “[...] é a dimensão do processo social, da vida de uma sociedade” que não se limita à arte ou à religião, “[...] é uma construção histórica [...], um produto coletivo da vida humana [...], uma realidade e uma concepção que precisam ser apropriadas em favor do progresso social e da liberdade, em favor da luta contra a exploração de uma parte da sociedade por outra, em favor da superação da opressão e da desigualdade”.

O **propósito inicial** deste estudo foi realizar uma interface teórica entre a arte e o serviço social, sendo a primeira abordada como uma possibilidade de intervenção na prática do (a) assistente social. No entanto, falar de arte tornou-se abstrato o suficiente para inviabilizar o enlace de tal análise nesta primeira etapa de saber acadêmico.

A categoria **cultura** surgiu após a leitura da 3ª edição da revista de apresentação do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária – Cultura Viva – e, igualmente, devido à necessidade de um objeto de estudo empírico pouco menos subjetivo (quanto a arte), que pudesse conduzir este trabalho a uma pesquisa de campo capaz de proporcionar maior entendimento sobre essas duas áreas do conhecimento: cultura e serviço social.

Surgiu, porém, outra questão: falar de serviço social de forma tão ampliada poderia causar um desconforto semelhante ao encontrado na abordagem da arte, pois se percebeu que era possível delimitar melhor essa categoria de análise. Selecionou-se,

então, um eixo temático que está longe de ser exclusividade do Serviço Social, no entanto lhe é familiar, trata-se da **cidadania**.

Foi deste ponto, então, que houve a decisão de selecionar do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária – Cultura Viva – apenas o seu eixo temático de cidadania e, assim, obter a interface procurada: **cultura e cidadania**. Esse movimento conduziu este trabalho, em parte, a uma pesquisa exploratória (GIL, 1999, p. 43) que pudesse levar a uma compreensão geral e inicial acerca desse tema.

O **Programa Cultura Viva** nasceu sob a inspiração do discurso de posse do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil. À época Gil falava sobre a necessidade do Brasil realizar uma massagem em seus pontos vitais que estivessem esquecidos ou adormecidos, ou seja, em pontos do corpo cultural do país, numa espécie de “*do in*” *antropológico*³. Desta fala surgiu também o nome da principal ação do Programa Cultura Viva: o Ponto de Cultura.

Não tardaram para se aproximar deste estudo as **dúvidas** de natureza metodológica e conceitual: Qual é a compreensão de cultura do Estado Brasileiro? Qual é a prioridade governamental em cultura? De que maneira o Ministério da Cultura viabiliza esse direito previsto na Constituição de 1988? Quem são os usuários destas ações? Estes usuários estão sendo vistos como beneficiários ou como agentes de mudança efetiva e sujeito de direitos? De que forma a cultura promovida pelo Estado brasileiro contribui para a liberdade dos indivíduos? Essas questões balizaram o caminho aqui percorrido, porém, **a pergunta orientadora** desta pesquisa foi: Como o Programa Cultura Viva concebe e promove a cidadania?

Este trabalho **justifica-se** uma vez que a cultura pode ser um determinante instrumento de poder, haja vista o enorme poder que a cultura tem. Quando um Estado possui, no rol de seus órgãos públicos, um que se prestará exclusivamente administrar uma política nacional de cultura, vale à pena refletir sobre como essa cultura vem sendo fomentada, ainda que se investigue isso em apenas um de seus programas, afinal:

A cultura é um elemento da política. Há quem veja a política como um momento da cultura. De qualquer forma, desde que existe política também existe elaboração cultural e uma ação comum em torno dela. (SANTOS, 1983, p.11).

³ Extraído do discurso de posse do ex-Ministro da Cultura, Gilberto Gil.

É ainda mais instigante quando em uma dessas linhas de ação o Estado, sob representação do Ministério da Cultura, se propõe à promoção da cidadania. Naturalmente questiona-se que cidadania é essa. Será uma cidadania em formato de benfeitoria, de tutela ou será uma cidadania efetiva, de cunho protagonista visando à formação de um sujeito crítico, de um sujeito autônomo com liberdade efetiva de escolha?

[...] a cidadania não é só recurso de retórica. É um conceito vivo, concreto, presente na vida de todos nós, em todas as horas do dia. Quando o compreendemos – e o exercemos – , ampliamos também a compreensão do mundo que nos rodeia e do papel transformador que podemos desempenhar nele. Deixamos de apenas receber a realidade que nos é dada e passamos a interferir nela, com opiniões, propostas e ações. (Como exercer sua cidadania, 2003, p. 8).

Essa pesquisa justifica-se ainda devido à escassez de uma interlocução teórica entre o serviço social e a cultura para que possa haver maior diálogo do saber em cultura para dinamizar as pesquisas e intervenções sociais. E, por fim, justifica-se por acreditar que o corpo profissional de serviço social – que se compromete com práticas de cunho transformador – pode encontrar, na cultura, um caminho relevante a ser desbravado, pesquisado, compreendido e então, praticado.

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por **objetivo maior** compreender como o Ministério da Cultura do Brasil concebe e efetiva as ações em cidadania no que tange ao Programa Cultura Viva.

E pauta-se ainda pelos seguintes **objetivos específicos**:

- I. Realização de uma breve interlocução teórica entre cultura e cidadania.
- II. Verificação de como os gestores/executores do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária – Cultura Viva – vêm trabalhando para promover e garantir o exercício da cidadania por meio da cultura.
- III. Dar voz a alguns dos usuários do Programa a se expressarem sobre a cidadania.
- IV. Identificar possíveis limites e potencialidades nesse Programa, no que tange à cidadania.
- V. Sugerir um diálogo entre a cultura, a cidadania e o Serviço Social.

Uma vez que o objetivo do Programa Cultura Viva é promover o acesso à cultura bem como potencializar as “energias sociais e culturais”⁴ do país com vistas à formação de novos valores que contribuam para a construção de uma sociedade cooperativa e solidária. **Supõe-se**, então, que o Programa Cultura Viva esteja no rol das ações de governo com caráter efetivamente democrático, de contribuição significativa para a promoção da cidadania.

Este trabalho está dividido por sessões temáticas. No **primeiro capítulo** encontra-se o referencial teórico, ou seja, a *explicação* capaz de trazer compreensão das categorias deste trabalho. (MARCONI e LAKATOS, 2001, p. 155). Consta ainda um apanhado inicial sobre *cultura* e, devido às inúmeras possibilidades de compreensão deste tema, foram selecionadas fontes que corroboram com a linha de pensamento pautada na idéia de cultura como elemento de transformação social, formada por uma sociedade ativa, por sujeitos protagonistas. No entanto, aborda-se também quando a cultura é utilizada pelo poder para a manutenção deste, ao invés da sua democratização, dessa maneira o cidadão é diretamente atingido em seus direitos, em sua autonomia, em sua emancipação.

Nesta mesma sessão, como subitem, encontra-se um resumo sobre *política cultural* com o objetivo de nos aproximarmos do nosso objeto de estudo, que é – ainda – um Programa Nacional, mas que almeja galgar status de Política para que possa estar definitivamente na lista de ações do Governo Federal.

No segundo momento do referencial teórico fala-se de *cidadania* e como este conceito vem sido significado ao longo da história da civilização ocidental. Devido ao pequeno alcance deste trabalho, haverá inúmeras supressões de fatos e datas importantes em se tratando deste tema, mas que eram impossíveis de serem aqui narrados. Ao subitem desta sessão, a cidadania é aprofundada abordando especificamente os *direitos sociais*, de qual o acesso à cultura faz parte.

O **segundo capítulo** desta monografia guarda a *discussão* da unidade de análise deste estudo. (MARCONI e LAKATOS, 2001, p. 155) Foi selecionado, da Política Nacional de Cultura, aquilo que irá iluminar a compreensão do *Programa Cultura Viva*, essa ação da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) do Ministério da

⁴ Expressão extraída da portaria n.º 156 de 6 de julho de 2004 que constitui o Programa Cultura Viva.

Cultura. É destacada parte de sua formulação teórica e ainda como está prevista a execução deste Programa.

A partir do campo de pesquisa formulou-se o **terceiro capítulo** com a *demonstração* dos respectivos resultados da pesquisa. (MARCONI e LAKATOS, 2001, p. 155) Foram entrevistados, para essa análise, o gestor, informantes-chave e alguns usuários do Programa. Aqui foi possível identificar não apenas a linha de pensamento da Secretaria como o seu reflexo nos usuários. Detectou-se ainda algumas falhas e potencialidades desse processo.

Por último, nas **considerações finais**, foi avaliado o resultado geral deste trabalho e sugerido uma interlocução entre a cultura, a cidadania e o serviço social, além de ter algumas linhas de exposição do envolvimento emocional acerca dessa pesquisa.

1. 2 METODOLOGIA

Tendo em vista a potencialidade da cultura questiona-se de que maneira o Estado Brasileiro a concebe e a promove e se o faz com vistas a uma efetiva transformação social. Compreende-se, porém, que este estudo não será capaz de responder a uma interpretação tão profundada quanto esta, mas acredita-se ser possível identificar alguns elementos que indique algo sobre esse viés.

Para isso os procedimentos metodológicos aqui adotados irão aproximar o leitor deste trabalho à realidade e à execução da categoria cidadania dentro do Programa Cultura Viva. A abrangente investigação sobre a concepção e promoção da cultura no Estado Brasileiro limitar-se-á à compreensão da concepção e fomento da cidadania dentro de um programa específico, o Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária, Cultura Viva.

Para atingir o objetivo geral e os específicos, a metodologia apresentada é a da **pesquisa qualitativa**, ou seja, aquela voltada para a “qualidade política” dos resultados, ou ainda para uma metodologia orientada pela intensidade muito mais do que pela extensão do conteúdo pesquisado. (DEMO, 1995, 2001)

[...] A informação qualitativa é, assim, comunicativamente trabalhada e retrabalhada, para que as duas condições sejam satisfeitas: do ponto de vista do entrevistado, ter a confiança de que se expressou como queria; do ponto de vista do entrevistador, ter a confiança de que

obteve o que procurava ou de que realizou a proposta. [...].(DEMO, 2001, p. 31)

Para o levantamento de dados foi selecionada a técnica de **observação participante** no Encontro Nacional do Pontos de Cultura – TEIA 2008 – no intuito de realizar aproximação com a realidade dos sujeitos da pesquisa. Isso ocorre, dentre outras maneiras, à medida que há inserção no meio social e nas atividades do grupo investigado. Nesse momento é necessária participação e apontamentos por parte do pesquisador, que culmina numa mútua interferência: tanto o pesquisador interfere no contexto, quanto o contexto interfere pessoalmente no pesquisador. (DESLANDES, GOMES e MINAYO, 2007, p. 70)

(...) A observação participante, ajuda, portanto, a vincular os fatos a suas representações e a desvendar as contradições entre as normas e regras e as práticas vividas pelo grupo ou instituição observados. (DESLANDES, GOMES e MINAYO, 2007, p. 71)

Outra técnica selecionada para a coleta de dados foi um roteiro de **entrevista semi-estruturado** aplicado ao gestor, a informantes-chave e a alguns usuários do Programa. Esta técnica permite aprofundar a compreensão do tema por meio dos sujeitos de pesquisa, ainda que com um pequeno número de perguntas abertas. Com a entrevista semi-estruturada tem-se a liberdade, dentro do foco da pesquisa, de abordar uma questão que se pareça mais determinante no momento, que talvez nem tenha sido percebida antes de ir a campo. As entrevistas serão individuais de acordo com o ANEXO I e os sujeitos selecionados aqueles que, por conhecer profundamente o objeto de estudo, poderão fornecer respostas consistentes ao problema de pesquisa. (RIZZINI, CASTRO, SARTOR, 1999, p. 62-64).

A entrevista foi dividida nos seguintes eixos orientadores:

- **Cultura:** este eixo intenta captar a maneira que o Estado brasileiro compreende cultura e promove política cultural, se pautados em princípios centralizadores de poder ou de democracia.
- **Cidadania:** aqui o foco foi o entendimento do conceito de cidadania, se passa de alguma forma pelos vieses de tutela, de assistência, de emancipação etc.

- **Programa Cultura Viva:** nesta etapa houve aprofundamento do Programa enquanto um marco histórico; seus aspectos favoráveis e desfavoráveis; seu entendimento sobre os usuários e a atenção governamental.
- **Cidadania no Programa Cultura Viva:** buscou-se aqui maior compreensão da motivação, definição, metodologia, alcance, aspectos favoráveis e desfavoráveis da promoção da cidadania por meio de um programa cultural.

Foram sujeitos dessa pesquisa:

- O gestor do Programa,
- Um informante-chave do Estado,
- Um informante-chave da sociedade civil,
- 29 usuários do Programa Cultura Viva (interpelados sobre cidadania),
- Houve ainda cruzamento de alguns dados relevantes para este estudo que foram extraídos do relatório final da avaliação piloto do Programa Cultura Viva, de 2006.

De posse dos dados prossegue-se então para a formulação de um **código qualitativo** capaz de classificar as informações relevantes obtidas em campo de tal maneira que haja o cruzamento dos indicadores dessa classificação com o equivalente de significado encontrado nas falas dos sujeitos da pesquisa (HATT, GOODE, 1968, p. 408- 411), conforme exemplo de classificação das informações:

Classe observada	Indicadores teóricos	Equivalentes do campo
Cidadania	Direito Autonomia Protagonismo Liberdade Empoderamento Etc.	Acesso Iniciativa Participação Escolha Mudança Comando Transformação Crítica Etc.

A **análise dos dados** em pesquisas qualitativas requer do pesquisador sempre uma postura ética e um esforço máximo de entendimento (para si e para os demais) sobre o que foi exposto pelo sujeito, visto que é impossível, neste tipo de pesquisa, total neutralidade. É possível identificar três etapas de análise: a primeira é a organização dos dados, após isso parte-se para a interpretação desses, numa análise comparativa e, por fim a apresentação dos resultados. (RIZZINI, CASTRO, SARTOR, 1999, p. 61, 81). “A fase de análise dos dados consiste na comparação dos dados recolhidos, quer na literatura quer na verificação empírica, com as hipóteses formuladas [...]”. (VIEGAS, 2007, p. 140).

O processo de análise dos dados ou informações se dará por meio da **análise de conteúdo**, que objetiva colocar:

[...] em evidência a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto na comunicação ou mensagem, através da contagem da frequência de determinados elementos no texto. Esses elementos podem ser palavras, expressões, frases, dependendo do tipo de abordagem utilizado. [...] (RIZZINI, CASTRO, SARTOR, 1999, p. 91).

A análise de conteúdo permite ainda construir um conhecimento por meio de métodos qualitativos expressos na “[...] presença ou a ausência de uma característica ou o modo segundo o qual os elementos do <<discurso>> estão articulados uns com os outros.” (QUIVY, CAMPENHOUDT, 1998, p. 227).

Esta pesquisa possui **limitações** (TOBAR; YALOUR, 2004, p. 78) tanto no método, pois as pesquisas em ciências humanas sempre trazem consigo subjetividades difíceis ou de serem mensuradas ou mesmo catalogadas, quanto na condução, devido essa impossibilidade de uma total neutralidade por parte do pesquisador, com o agravante, nesse caso, de ser o primeiro trabalho científico na escala acadêmica.

2 CAPÍTULO I

2.1 CULTURA

Cultura é um termo que possui diversos conceitos, de variadas expressões entre autores. Porém a origem da palavra cultura – *colere* – guarda do latim a denotação de cultivar, o que implica em *cultura animi* ou o ato de cultivar o espírito ou educar o indivíduo. (CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 1981, p. 11) Os romanos pretendiam designar ainda aqueles que tinham uma educação evidenciada ou alguma inclinação específica para um feito humano como as artes, a política, a ciência etc. (CALDAS, 1986, p. 11).

Outros autores, como Mattelart, Delcourt e Mattelart (1987, p 65, 66) acreditam que há um incomodo ao se falar no aspecto “cultural”, que geralmente vem precedido de um “sócio” (cultural), pois parece ser um lugar onde se englobam todas as outras coisas que não são do campo da economia, da política, da ciência etc.

Afinal, como definir cultura, visto que seu significado é amplo, dinâmico e perpassa por inúmeras interpretações?

Para Caldas (1986, p.14) uma das maneiras de se definir cultura é mencionar seus elementos significativos como, por exemplo, o fato de não haver possibilidade de se encontrar duas comunidades que tenham culturas iguais, o que não impede, portanto, que essas duas culturas coexistam em uma organização maior, comum às duas. Um exemplo é o próprio Brasil, que possui uma identidade cultural nacional, porém cada estado brasileiro é permeado de culturas particulares e depois cada cidade e assim sucessivamente.

Santos (1994, p.8, 9) corrobora Caldas: a “[...] cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”. Santos defende ainda que o estudo da cultura deve contribuir para combater os preconceitos e compreender a própria realidade social, pois cada cultura tem uma lógica interna particular.

A diversidade das culturas existentes acompanha a variedade da história humana, expressa possibilidades de vida social organizada e registra graus e formas diferentes de domínio humano sobre a natureza. (SANTOS, 1994, p. 15).

Outro dado relevante, além da diversidade cultural, é que a cultura sobrevive de seus padrões de comportamento, ou padrões culturais, que são as maneiras que determinada coletividade encontra para sua própria convivência: seja a maneira de agir, de pensar, de sentir etc. Àquele que desvia do padrão é, de alguma forma, sancionado por isso. “Sem os padrões culturais, nenhuma sociedade, seja ela primitiva ou civilizada, teria chances de funcionar ou sobreviver. Não basta apenas respeitá-los; é necessário perpetuá-los.” (CALDAS, 1896, p. 15).

Porém, perpetuar uma cultura não significa torná-la imutável, pelo contrário, não se pode perder de vista que as culturas estão em constante transformação. Padrões outrora aceitos podem tornar-se obsoletos no presente, pois as gerações jovens se mostram mais predispostas a incorporar novidades comportamentais e, dessa maneira, agregar novos valores à sociedade. Ainda que todos se encontrem sob determinados padrões culturais, o ser humano não possui um papel passivo diante da realidade. Cada pessoa tem seu próprio costume, sua própria maneira de pensar, agir e sentir que o diferencia das demais pessoas e é desta maneira que vamos gradualmente influenciando as transformações culturais maiores em um processo continuamente dinâmico. (CALDAS, 1986, p. 16-19).

Caldas (1986, p. 19), no entanto, alerta que esse processo – de um sujeito ativo que influencia a transformação cultural – não acontece com facilidade: “A construção da identidade de cada um, o lugar que deve ocupar na sociedade depende de fatores que vão desde as limitações econômicas, culturais, sociais, etc., até as possibilidades que se lhe apresentam”.

Para Caldas (1986, p.19), é a partir daí que entramos numa zona de conflito entre as pessoas que detém o domínio de setores humanos e as que não detém. Trata-se da estratificação social, da sociedade de classes que limita as possibilidades de escolhas de uma maioria em favor de uma minoria detentora de grande parte dos meios culturais, políticos, econômicos etc. Define-se esse processo como cultura de classe, onde de um lado configura-se uma cultura dominante e de outro uma cultura dominada.

Mas como se dá efetivamente essa dominação e qual a sua abrangência?

À pergunta feita pelo próprio autor, Caldas (1986, p. 19-23) responde que sempre existiu a estratificação de culturas nas diferentes classes sociais, pois é natural que cada grupo desenvolva seus próprios padrões culturais (valores morais, políticos,

sociais, culturais etc.), no entanto, quando há um julgamento de inferioridade ou superioridade de uma cultura sobre outra temos uma impasse. É comum haver, por exemplo, “especialistas” culturais que percebem com certa inferioridade os feitos culturais de uma outra cultura, sem se preocupar com embasamentos teóricos ou científicos para essa crítica, bastando sua “apurada” percepção. O resultado pode ser a origem de preconceito e discriminação.

Para acrescer o pensamento dessa dominação cultural, segue a citação de Karl Mannheim apud Caldas (1986, p. 24):

As elites aristocráticas procuram criar uma ‘elite cultural’ própria. Com isso pretendem que certos traços essenciais de sua cultura, como as formas de relação social, os passatempos, padrões de discurso, assim como várias técnicas e sistemas de conhecimento não sejam compartilhada pelos demais.

Caldas (1986, p 24) até compreende a sensação de estranheza – diferente do julgamento qualitativo – que um observador alheio a uma determinada experiência cultural possa vir a sentir e até mesmo a divulgar, pois é inerente a qualquer observador carregar consigo os valores e condicionamentos de sua própria cultura. No entanto, salienta que não se pode perder de vista que existe uma especificidade cultural no meio em que foi produzida e isto deve ser visto com atenção para que não sejam cometidos equívocos.

Não há cultura inferior ou superior a outra, tudo depende do ponto de vista do observador que carrega consigo os traços de sua cultura de origem. É comum creditarmos traços de inferioridade àquilo que nos é diferente, porém é necessário relativismo por parte do observador. Infelizmente ainda estamos permeados por uma hierarquização cultural mundial que deve ser urgentemente superada. (SANTOS, 1994, p. 16).

2.1.1 Cultura, poder e Estado

A partir daqui, compreende-se, de maneira sucinta, o poder da cultura e como o Estado brasileiro, um Estado capitalista, produz e organiza sua cultura. Pois, segundo Caldas (1986, p. 33), um estudo mais sério sobre cultura tem que, obrigatoriamente, “[...] considerar o sistema econômico da sociedade, o processo histórico e a organização

política do Estado”, sob o risco de pairarmos em uma concepção “[...] idealista, histórica e abstrata da cultura”, e não compreender, ou compreender apenas superficialmente “[...] os fatores que realmente determinam a formação cultural de uma sociedade”.

A produção e o consumo da cultura são submetidos à estratificação social, que, por sua vez, é inerente à própria lógica capitalista, ou seja,

por mais democrática que seja a sociedade, por mais ativa que seja a participação do Estado na produção da cultura objetivando sua democratização, existe no capitalismo a lógica de classe que estratifica, que separa consumo da produção cultural de acordo com as classes sociais. Essa é uma lei da qual a sociedade de classes não pode prescindir. Aliás, não só no plano da cultura, mas em todos os setores da atividade humana. (CALDAS, 1986, p. 29)

É dessa forma as classes dominantes vão perpetuando seu poder, pois ainda que o Estado esteja realmente disposto a agir de maneira a contemplar uma democracia cultural, chega “[...] um certo momento que todo seu esforço no sentido de democratizar a cultura [...], de torná-la acessível à sociedade como um todo, esbarra num problema insolúvel.” Este problema é a própria estratificação social, pois a alta burguesia – a mesma que dirige o Estado – não possui interesse em dispor de sua cultura para outros setores sociais, utilizando-a dessa forma como um diferenciador entre as classes. (CALDAS, 1986, p. 33)

No intuito de dar ainda mais consistência e clareza a essa idéia, segue comentário de Karl Marx apud Caldas (1986, p. 35, 36)

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência disso que pensam; à medida que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época.

Feijó (1983, p. 8-10, 16) afirma que toda produção cultural requer liberdade e por isso costuma ser vista como subversiva aos olhos do poder, a exemplo da ditadura, que frequentemente não se relaciona bem com a cultura. Dessa forma, o autor alerta que não se pode confundir cultura a serviço da política, ou seja, quando a política se

apropria da cultura em favor dos interesses políticos e econômicos dominantes, com política a serviço da cultura, que acontece quando a política põe-se a fomentar o poder da cultura, gerando verdadeiras transformações sociais. É sobre a política a serviço da cultura que o item seguinte terá maior atenção.

2.1.2 Política Cultural

De acordo com Feijó (1983, p. 19, 20, 23), a consciência da prática da política cultural tem origem com o movimento operário, mais especificamente com o socialismo, quando se passou a ter na cultura uma importante arma de transformação social. Foi quando se percebeu que a “cultura” da burguesia não era cultura e sim interesse, ideologia, pois a burguesia temia que com a democratização da cultura, se democratizasse também o poder.

Feijó (1983, p. 39-42) menciona a importante contribuição de Antonio Gramsci na elucidação do que venha a ser política cultural, que, segundo este, passa antes pela compreensão do papel dos intelectuais na organização da cultura. Gramsci acredita que a cultura é o local onde acontece não apenas a política, mas, sobretudo a revolução, e justamente por isso caberia à classe operária se apropriar desse conhecimento histórico para alcançar o consenso em prol de uma nova cultura.

Sobre essa participação, Canclini (1983, p.140-143) acrescenta que a política cultural no capitalismo não deve se limitar a defender as tradições populares nem tampouco enquadrar artesãos e artistas às demandas do mercado consumidor. É necessário se promover uma participação efetivamente democrática onde os próprios sujeitos sejam interrogados sobre suas demandas, para se construir políticas culturais populares.

Canclini (1983, p.144) entende que é muito difícil às culturas populares manter expressão dentro do capitalismo, mas não acha que isso seja motivo para a passiva espera da entrada de um novo sistema. Para o autor, será por meio do cultivo permanente das tradições – com a organização, participação e crítica de artesãos – que se apontará para um modelo diferente de socialização, porém apenas com o apoio de toda a sociedade é que será possível a construção de uma nova cultura.

Para Canclini (1983, p. 144), faz-se necessário uma reorganização no campo cultural do país, desde os veículos de promoção, de divulgação, até chegar ao consumo

cultural: “precisamos que se forme um novo público, um novo turismo, um outro modo de exercer o gosto e de pensar a cultura.” Dessa forma será possível uma nova maneira de pensar e sentir, porém isso só é possível em uma sociedade que o eixo condutor da economia não seja a exploração cabal dos homens e de seus feitos, o que se presencia hoje.

Na mesma linha de pensamento, Coelho Neto (1986) afirma que “Promover cultura não é, apenas, financiar o artista, o produtor individual, [...]; é, antes, criar as condições para que o maior número possível de pessoas tenha acesso ao sistema de produção cultural [...]. E cultura não é a simples soma, o estoque de produtos culturais acabados, prontos, mas um modo de vida entre esses produtos”.

Talvez não fosse necessária política cultural alguma se a educação brasileira fosse bem-feita, afirma Coelho Neto (1986, p. 35):

“Não é sem razão que o Ministério da Educação e Cultura, no Brasil, até há pouco chamava-se exatamente assim: Educação e Cultura. E assim deveria ser, e assim talvez devesse continuar sendo – pelo menos se funcionasse. O que ocorre, porém, é que esse Ministério nem ‘culturava’, nem educava. Pelo contrário, ao longo destas duas décadas o que fez foi ‘desculturar’ e deseducar. Basta ver o que aconteceu com a universidade, inteiramente destruída. Seja como for, se a educação fosse bem feita, talvez não houvesse necessidade alguma de uma política cultural”.

Coelho (2003, p. 217) identifica distintas situações de ações culturais dentro das políticas culturais. A primeira é tida como uma “[...] ação caritativa dispensada aos ‘desvalidados’ pelo Estado, ou por particulares, quando e como possível, e de modo descontínuo, assistemático”. Assim, ela assume caráter superficial, sem embasamentos concretos para tal ação realizada, geralmente no campo social. Aqui, a cultura é relegada a um segundo ou terceiro momento da sociedade.

Uma segunda situação se assemelha à primeira e está relacionada ao seu uso para manipulação ideológica por parte do governo. Assim como na primeira situação, não se faz necessário um estudo aprofundado das reais demandas da sociedade. Pelo contrário, um estudo dessa natureza pode até mesmo causar desconforto para o objetivo dessa ação cultural. (COELHO, 2003, p. 218).

Já a terceira e mais recente situação da história da política cultural, presta-se a “[...] *conhecer-se quem afinal faz o que, onde, a que custo e quem, enfim, deseja ter*

acesso ao que, seja o que isso for”, uma vez que “[...] *a sociedade civil é o grande sujeito de cultura*”. Dessa forma se contribui para o empoderamento ora do Estado, ora da sociedade civil ou dos dois, se definida assim a prioridade da política cultural (COELHO, 2003, p. 218).

Porém, Coelho (2003, p. 219) alerta que, possuindo um banco de dados⁵ sobre a cultura, haverá um momento determinante na história das políticas culturais: o Estado não mais poderá atuar sob um dirigismo cultural, sob princípios não ou pouco democráticos. “A situação que se tem agora é a de uma sociedade civil que se fortalece perante a sociedade política. O relativo afastamento do Estado neste domínio [...] corresponde a uma devolução à sociedade de seu direito de decidir por si mesma em matéria de cultura”.

O professor Coelho Neto (1986, p. 100) defende que a “*ação cultural é uma aposta conjunta*”⁶, onde o próprio “[...] grupo se descobrirá, descobrirá seus fins e seus meios.” Tal resultado, em cultura, é o único que vale à pena, que realmente importa e, se reafirmado a todo instante, é capaz de fugir do dirigismo cultural, aquele autoritário, imposto, sem a participação dos sujeitos envolvidos.

2.2 CIDADANIA

O conceito de cidadania não é acabado nem estanque, é um conceito histórico que a cada dia incorpora novas compreensões que possibilitam um maior alcance prático e teórico: “Na sua concepção mais ampla, cidadania é a expressão concreta do exercício da democracia”. (PINSKY, 2005b, p. 10)

É possível encontrar traços de cidadania em remotas civilizações humanas como as dos hebreus, gregos e romanos da antiguidade clássica. Ou ainda em épocas como a do surgimento do cristianismo e do renascimento, marcadas em menor ou maior grau por experiências democráticas. Pinsky (2005a) denomina esse período de “pré-história da cidadania”.

Cerca de 25 séculos antes do atual, é guardado aos hebreus o feito do monoteísmo ético. Trata-se da idéia de um deus que não exigia atenção unicamente para

⁵ O banco de dados sobre cultura foi tema de seminário promovido pela UNESCO-Brasil e IPEA, realizado em 2002, na cidade de Recife.

⁶ Ação Cultural: Eixo teórico amplamente desenvolvido por José Teixeira Coelho Neto.

si. Pelo contrário, era necessário olhar também para o outro, para o vizinho, pelo seu bem estar. Era um “deus pouco preocupado em ser objeto da idolatria das pessoas e com o sacrifício de animais imolados em seu holocausto, mas muito preocupado com problemas vinculados à exclusão social, à pobreza, à fome, à solidariedade”. (PINSKY, 2005b, p. 16)

Guarinello (2005, p. 29, 31) alerta que a abordagem da história antiga deve ser compreendida como vivências de mundos passados, de sociedades distintas das atuais. Logo, não cabem comparações simplistas, mas sim a conscientização das diferenças para melhor orientar o futuro e iluminar novos caminhos. Com isso, o autor delimita a origem histórica das cidades-estado como uma experiência importante, localizada dentro do vasto horizonte greco-romano.

As cidades-estado representaram momentos de intensas transformações sociais e econômicas na história antiga. Havia, nesses conglomerados de terra, toda uma organização comunitária de pertencimento à comunidade e direito à propriedade. Havia ainda formas públicas de resolução de conflitos e tomadas de decisões coletivas.

Há incontáveis elementos históricos sobre a origem da cidadania que não estão e nem serão citados ou aprofundados neste curto trabalho. Nesta etapa, basta iniciar o debate citando algumas das passagens que possam ter trazido impactos significativos para a compreensão atual, como, por exemplo, o fato de que o “amor à liberdade estava na base da cidadania romana”. Esse conceito é determinante, pois dele surgem as concepções modernas de cidadania e democracia. Por liberdade, entende-se a “não sujeição ou submissão a outra pessoa”. (GUARINELLO, 2005, p. 72, 73)

O cristianismo foi outra dessas importantes passagens. Hoornaert (2005, p. 44) entende o cristianismo como um “rol tão impressionante de serviços no campo social e humanitário”, que venceu “por uma atuação persistente e corajosa na base do edifício social e político da sociedade”, além de ter conseguido “para muitas pessoas e muitos grupos uma cidadania real embora limitada e bastante modesta quanto aos resultados em termos de sociedade global”.

A respeito do Renascimento, Zeron (2005, p.110, 111) o compreende como um período de transição das concepções política medieval e moderna, onde vigora uma “burguesia ambiciosa de poder e liberdades políticas”, em oposição a uma “nobreza que perde pouco a pouco seus privilégios e a uma massa considerável de pessoas pobres,

verdadeiro exército revolucionário capaz de apoiar tanto as ambições burguesas como a autoridade real ou uma revolta camponesa”. O Renascimento foi uma época de descoberta do mundo e, conseqüentemente, do homem.

As revoluções burguesas – Inglesa, Americana e Francesa – são tidas por Pinsky (2005a), como “alicerces da cidadania”. Para Manzine Covre (2002, p. 19), a cidadania conquistada pela burguesia está relacionada ao meio urbano, à vida em cidade, ao cidadão, o que contrapunha a forma de organização do feudalismo, daí as lutas entre os burgueses e a aristocracia feudal. “Para haver nação era preciso que a burguesia promovesse a unificação das regiões, rompendo a organização descentralizada dos feudos.”

Na sociedade feudal havia o Estado de Nascimento, com decisões arbitrárias sobre a vida, a morte, a posse ou qualquer outra imposição sobre as pessoas. As revoluções burguesas promovem o Estado de Direito, com princípios de igualdade “ainda que somente perante a lei”. Em contraposição ao ócio feudal da igreja e da nobreza, a burguesia valorizou o trabalho, o acúmulo de riquezas como forma de engrandecimento moral e carregava em si as sementes do capitalismo. (MANZINE COVRE, 2002, p. 20, 21, 22).

Assim, com o gradual desmonte da estrutura feudal, com a tomada de pensamento por uma ciência crítica e com a crescente organização da burguesia, as Revoluções Burguesas tornavam-se cada vez mais contundentes, pois o “fato de habitar uma cidade (de ser cidadão) não basta mais ao homem. Os novos tempos exigem que este passe a ter também direitos nessa mesma cidade e não mais somente deveres. A obscuridade de uma Era de Deveres abre espaço para uma promissora Era dos Direitos”. (MONDAINE, 2005, p. 116).

Foi no século XVII que as Revoluções Inglesas protagonizaram as lutas pelos “direitos de cidadania”, o início de “uma classe burguesa que toma para si o poder estatal, fortalecendo-o nas suas relações internas com outras classes sociais e nas suas relações externas com outras nações”. (MONDAINE, 2005, p. 116, 120).

A chegada da Era dos Direitos, em detrimento da Era do Deveres, era fortalecida por John Locke, filósofo inglês que delimitou as primeiras concepções do que hoje compreendemos como “direitos humanos”, uma nova Era onde não mais um poder absoluto imperava e sim uma Carta de Direitos ou *Bill of Rights*. Por mais que a menção

seja de intensas transformações, vale ressaltar que a cidadania aqui ainda se restringe a uma cidadania ligada à posse e ao trabalho, entendida como cidadania liberal. (MONDAINE, 2005, p. 129, 131).

A cidadania liberal, tanto na Inglaterra quanto nos Estados Unidos, representava “obter igualdade política para um grupo determinado”. E são justamente os grupos que dirigiam as revoluções que acabavam por se beneficiar dessa cidadania exclusiva. Com o passar dos anos, as lutas de negros, mulheres, índios e pobres foram ampliando pouco a pouco o conceito de cidadania e liberdade. (KARNAL, 2005, p. 144).

Em oposição às idéias liberais, os socialistas lutaram por maior igualdade entre todos os grupos humanos (ainda que sua maior demanda fosse do operariado). Por sua vez, os liberais insistiam em determinado grau de “moderação” para conter os “movimentos de massa” que ameaçavam seus poderes e posses. (KONDER, 2005, p. 172, 174)

Dessa forma, foi por meio das revoluções que gradualmente o homem comum foi tornando-se sujeito de direitos civis. No século XVIII, com a Revolução Industrial aliada ao Iluminismo, foi possível conceber, ao menos em teoria, uma sociedade mais justa: “aquela em que as leis e o direito sejam *naturais*, ou seja, nascem com o próprio homem”:

O novo homem que daí nasce é intrinsecamente um cidadão, cuja liberdade deve estar também assegurada, entendendo-se a liberdade como o “direito de fazer tudo que não prejudique os outros. (artigo 4).

Com isso, os direitos de liberdade, igualdade e fraternidade foram a bandeira hasteada na Revolução Francesa, que protagonizou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada com vistas a qualquer ser humano do planeta, sem limites de fronteira. (ODALIA, 2005, p. 159-164).

2.2.1 Direitos Sociais

Os primeiros vestígios desses direitos encontram-se em 1601 com as Leis dos Pobres, “que tornavam as paróquias responsáveis pelo sustento de ‘seus’ pobres”. À época, configurava-se um contingente cada vez maior de pessoas que não conseguiam acessar o trabalho devido ao crescimento do capitalismo manufatureiro. Dessa forma,

não tardou para que fossem construídas as Casas de Trabalhadores, ou Workhouses, como são conhecidas em inglês, e assim o Estado controlava as pessoas que não estavam trabalhando, tidas como vagabundas ociosas ou incapazes. (SINGER, 2005, p. 191-194).

No entanto, essas medidas tomadas para lidar com as pessoas “sem-trabalho” causaram divergências de opinião no meio da sociedade. De um lado, um Estado cada vez mais controlador e opressor e, do outro lado, o aumento considerável de pessoas banidas de liberdade e oprimidas sem sequer o direito de reivindicar. Das revoluções burguesas para cá, continuaram a ocorrer inúmeras configurações no planeta, sendo de significativa importância para a história da cidadania as duas grandes guerras mundiais, promovendo o surgimento do *Welfare State* ou Estado de Bem Estar.

O Estado de Bem Estar é o momento em que o pensamento liberal olha para os direitos sociais e definitivamente os inclui em suas ações: saúde, educação, transporte, lazer, seguro-desemprego etc. “Essa forma de cidadania serve aos propósitos do capitalismo à medida que desmobiliza os trabalhadores e mantém o *status quo*. Ao mesmo tempo, contudo, ela abre espaço a novas condições que podem possibilitar uma nova sociedade, mais igualitária e mais justa”. (MANZINE COVRE, 2002, p. 48).

Aqui no Brasil, as experiências mundiais refletem um formato semelhante: de capitalismo, exploração e graduais conquistas sociais, sendo grande parte com vistas à manutenção da ordem social, com exceção do período militar em que foram cerceados os direitos mais fundamentais. (MANZINE COVRE, 2002). Porém foi definitivamente com a chegada da Constituição Cidadã, em 1988, que o Brasil dá um largo passo para a cidadania.

A Constituição de um país é o documento que rege os direitos e deveres de cada cidadão. Porém, na prática, o exercício da cidadania – que é princípio fundamental da Constituição – às vezes, parece estar limitado a alguns grupos específicos (homens claros, jovens, de bom poder aquisitivo), em detrimento de outros historicamente marginalizados (mulheres, negros, pobres, índios). O grupo não marginalizado tende a ter tido maior acesso à educação formal de boa qualidade e, conseqüentemente, maior compreensão política acerca do país. Essa disparidade acaba por promover oportunidades desiguais retardando uma possibilidade efetiva de transformação social, econômica e política no Brasil.

Um cidadão é “(...) a pessoa que se identifica culturalmente com a parte de um território delimitado por fronteiras e costurado pelos costumes ali mantidos; é aquele que usufrui de direitos e cumpre deveres estabelecidos em lei.” (COMO EXERCER SUA CIDADANIA, 2003, p. 10). Se todos os cidadãos brasileiros tivessem meios de contemplar seus direitos e deveres, possivelmente haveria menor alienação, maior autonomia, liberdade, protagonismo, crítica. Haveria maior dignidade.

Para melhor compreensão acerca dos direitos, faz-se importante perpassar sobre os direitos civis, sociais e políticos – igualmente expressos em nossa vigente Carta Magna.

Para Manzine Covre (2002, p. 11), “os direitos civis dizem respeito basicamente ao direito de se dispor do próprio corpo, locomoção, segurança etc”. A autora cita como exemplo de desrespeito a esses direitos o absurdo de haverem “Esquadrões da Morte”, agentes do próprio Estado brasileiro que decidem matar àqueles considerados sem valor ou apenas mais um número, numa espécie de “profilaxia social”. Cita ainda o trabalho escravo, ainda hoje denunciado em meios correntes de comunicação, entre outras tantas maneiras de desrespeito à lei. Manzine Covre afirma que o cumprimento dos direitos civis depende essencialmente dos direitos políticos, que por sua vez dependem de regimes efetivamente democráticos.

“Os direitos sociais dizem respeito ao atendimento das necessidades humanas básicas. São todos aqueles que devem repor a força de trabalho, sustentando o corpo humano – alimentação, habitação, saúde, educação etc.” Segundo a autora, a pobreza e a injustiça presenciada no Brasil são os maiores expoentes de descumprimento dos direitos sociais. Ela reflete que os direitos sociais têm sido utilizados como sinônimo de cidadania por parte de detentores do poder e do capital transformando a classe trabalhadora passiva e “receptora” desses direitos. (MANZINE COVRE, 2002, p. 14)

Por fim, os direitos políticos estão relacionados à livre expressão do pensamento, ao relacionamento em organismos de representação direta como escolas, sindicatos ou conselhos e de representação indireta como as eleições estaduais, assembleias etc. Goza de direitos políticos aquele que, por meio de greves ou manifestações em geral, resiste à imposição de poder e, “ainda, dizem respeito a deliberações dos outros dois direitos, os civis e os sociais – esclarece quais são esses direitos e de que modo chegar a eles”. (MANZINE COVRE, 2002, p. 15).

A articulação desses direitos (civis, sociais e políticos) compõe os direitos do cidadão, sendo, porém, dependente de elementos econômicos e políticos para sua efetivação. Tendo todos esses aspectos contemplados, é possível dar aplicabilidade ao “direito à vida no sentido mais pleno – traço básico da cidadania.” (MANZINE COVRE, 2002, p. 15)

O exercício da cidadania está vinculado ao desenvolvimento de um país. Uma Constituição elaborada em alicerces democráticos tende a primar pelo desenvolvimento de seu país, pelo seu desenvolvimento econômico, social, político, cultural etc. Para Amartya Sen (2000, p.11), a idéia de desenvolvimento está vinculada com o evento da liberdade, sem a qual os seres humanos não progredem: “Para combater os problemas que enfrentamos, temos que considerar a liberdade individual um comprometimento social”.

O autor defende ainda que, para um efetivo desenvolvimento, é necessário que as políticas públicas primem pela expansão e a garantia das liberdades substantivas dos indivíduos, vistos como agentes ativos de mudanças, e não como recebedores pacíficos de benefícios. (SEN, 2000, p. 11). Sen coloca o fator econômico no mesmo patamar de importância dos aspectos sociais e políticos e afirma que, para se alcançar as liberdades, são necessárias as seguintes dimensões interdependentes:

É difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer – ao invés de empobrecer – a vida humana. A abordagem aqui adotada propõe um modo mais amplo e mais inclusivo de ver os mercados do que o freqüentemente invocado, seja para defender, seja pra criticar o mecanismo de mercado. (SEN, 2000, p. 22).

E exemplifica com um círculo lógico: “(...) A privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.” (SEN, 2000, p. 23).

A respeito da dimensão social, Sen ressalta que “(...) Com as oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu destino e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de

engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base racional para reconhecermos o papel positivo da paciência construtiva.” (SEN, 2000, p. 26).

Em se falando de liberdades vale ressaltar um dos efeitos produzidos pela globalização mundial: a globalização cultural, fortemente influenciada pelos donos dos meios de comunicação de massa. Essa globalização cultural ocasiona na invasão de costumes, comportamentos, alimentação, vestuário, língua, consumo alheios etc. Trata-se, então, de uma necessidade desenfreada de sustentar a lógica de mercado pautada no lucro sobre as individualidades humanas.

No caso brasileiro, é no título oitavo – que dispõe da Ordem Social – da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que compartilham o mesmo espaço temático a seguridade social, a educação, a cultura, o desporto, a ciência e a tecnologia a comunicação social, o meio ambiente, a família, a criança, o adolescente e o idoso. No entanto, não é apenas esse o lugar desejado para a expressão de cultura na Carta Magna, visto que constitui reivindicação do movimento social cultural brasileiro a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de número 236, que dispõe do acréscimo de cultura como direito social, dentro do capítulo II, artigo 6º da Constituição Federal. Tal resolução parte do entendimento de que a cultura é “dimensão humana essencial” e está na base dos demais direitos sociais, uma vez que ela é “o esteio da humanização – o nosso modo singular de pensar e de fazer”.⁷

Dessa maneira, evidencia-se também neste trabalho que a cultura não apenas precisa ser incorporada aos direitos sociais da “Constituição Cidadã”, como é essencial para a garantia do exercício da cidadania brasileira. Assim, **questiona-se** de que maneira o Ministério da Cultura compreende e promove a cidadania por meio do Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária.

⁷ Proposta de Emenda à Constituição nº 236, de 2008, do deputado José Fernando Aparecido de Oliveira

3 CAPÍTULO II

3.1 PLANO NACIONAL DE CULTURA

3.1.1 Breve apresentação

O Plano Nacional de Cultura – PNC está previsto na Constituição Federal desde a aprovação da Emenda Constitucional n.º 48, em 2005, e consiste em estabelecer as Diretrizes Gerais da política pública para a cultura no Brasil, com vistas a assegurar – dentro de um planejamento de médio e longo prazo – os direitos culturais aos brasileiros.

O PNC aguarda em 2009 a aprovação final de seu projeto de lei e atualmente encontra-se na segunda edição de um caderno de divulgação e debates contendo as Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura. Sua primeira edição foi publicada em dezembro de 2007, porém tem sido elaborada desde 2003 “por diferentes instâncias e espaços de experimentação e participação social” e contempla “uma noção ampla e plural de cultura” além da “dedicação ao atendimento das garantias de cidadania previstas na Constituição Federal de 1988”. (BRASIL, 2007, p 5)

O processo de elaboração do PNC têm-se dado nacionalmente por meio de intensos debates, fóruns, seminários, oficinas e até mesmo por um espaço disponibilizado em meio digital no site governamental do Ministério da Cultura. Este Plano é considerado um passo determinante rumo à construção de um Sistema Nacional de Cultura – SNC, o que poderia contribuir para a “efetiva integração de fóruns, conselhos e outras instâncias de participação federais, estaduais e municipais”. (BRASIL, 2007, p 5)

A proposta do PNC abrange valores, conceitos, desafios, estratégias gerais e mais de 200 diretrizes. A citar as estratégias gerais: (BRASIL, 2008, p 25).

1. Fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais
2. Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira
3. Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural
4. Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável

5. Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais

Um dos maiores pilares do Plano Nacional de Cultura é a compreensão ampliada do conceito de cultura sendo expressa nas dimensões simbólica, cidadã e econômica. A seguir, explora-se um pouco mais sobre a perspectiva cidadã, conceito demasiado importante nesse estudo.

3.1.2 Cidadania à luz do Plano Nacional de Cultura

O PNC compreende a dimensão cidadã da cultura como o acesso aos meios de fruição cultural do país e reconhece que há maior concentração da infra-estrutura cultural em determinados estratos sociais ou territórios regionais. Com isso, sua meta e desafio é promover o acesso universal à cultura através do: (BRASIL, 2008, p 11).

“(...) estímulo à criação artística, democratização das condições de produção, oferta de formação, expansão dos meios de difusão, ampliação das possibilidades de fruição, intensificação das capacidades de preservação do patrimônio e estabelecimento da livre circulação de valores culturais, respeitando-se os direitos autorais e conexos e os direitos de acesso e levando-se em conta os novos meios de modelos de difusão e fruição cultural.” (BRASIL, 2008, p 11).

Pouco mais adiante, ainda na segunda edição do Caderno de Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Cultura, a cidadania é mencionada como um direito que nunca havia sido alvo de ação pública no Brasil enquanto fruição e produção cultural. Nesse sentido, urge proteger e afirmar as “múltiplas identidades e expressões culturais” como forma de reação contra o processo de “homogeneização cultural induzida em âmbito local e mundial”. (BRASIL, 2008, p 30)

3.2 PROGRAMA CULTURA VIVA

3.2.1 Breve Apresentação⁸

O Programa Cultura Viva foi criado pela Portaria nº 156, de 6 julho de 2004, publicada no Diário Oficial da União, de 07 de julho de 2004, do Ministério da Cultura,

⁸ Informações extraídas da 3ª edição da revista de apresentação do Programa Cultura Viva.

retificada pela Portaria nº 82, de 18 de maio de 2005, do Ministério da Cultura, publicada no Diário Oficial da União de 23 de maio de 2005. O referido Programa:

“é concebido como uma rede orgânica de criação e gestão cultural, mediado pelos Pontos de Cultura, sua principal ação. A implantação do programa prevê um processo contínuo e dinâmico e seu desenvolvimento é semelhante ao de um organismo vivo, que se articula com atores pré-existentes. Em lugar de determinar (ou impor) ações e condutas locais, o programa estimula a criatividade, potencializando desejos e criando um ambiente propício ao resgate da cidadania pelo reconhecimento da importância da cultura produzida em cada localidade.” (BRASIL, 2004, p. 18)

Compete ao Ministério da Cultura congregar o orçamento de maneira a potencializar a capacidade de “projetos e instalações já existentes, oferecendo equipamentos que amplifiquem as possibilidades do fazer artístico e recursos para uma ação contínua junto às comunidades.” (BRASIL, 2004, p. 18)

Objetivos do Programa Cultura Viva (BRASIL, 2004, p. 18, 19).

- I. Ampliar e garantir o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural;
- II. Identificar parceiros e promover pactos com diversos atores sociais governamentais e não-governamentais, nacionais e estrangeiros, visando um desenvolvimento humano sustentável, tendo na cultura *“a principal forma de construção e de expressão da identidade nacional, a forma como o povo se reinventa e pensa criticamente”*;
- III. Incorporar referências simbólicas e linguagens artísticas no processo de construção da cidadania, ampliando a capacidade de apropriação criativa do patrimônio cultural pelas comunidades e pela sociedade brasileira como um todo;
- IV. Potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades e entrelaçando ações e suportes dirigidos ao desenvolvimento de uma cultura cooperativa, solidária e transformadora;
- V. Fomentar uma rede horizontal de *“transformação, de invenção, de fazer e refazer, no sentido da geração de uma teia de significações que nos envolve a todos”*;
- VI. Estimular a exploração, o uso e a apropriação dos códigos de diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas nos processos educacionais, bem como a utilização de museus, centros culturais e espaços públicos em diferentes situações de aprendizagem

e desenvolvendo uma reflexão crítica sobre a realidade em que os cidadãos se inserem;

VII. Promover a cultura enquanto expressão e representação simbólica, direitos e economia.

Público prioritário do Programa Cultura Viva (BRASIL, 2004, p. 19).

- Populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos, tanto nos grandes centros urbanos como nos pequenos municípios;
- Adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social;
- Estudantes da rede básica de ensino público;
- Habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental brasileiro;
- Comunidades indígenas, rurais e remanescentes de quilombos;
- Agentes culturais, artistas e produtores, professores e coordenadores pedagógicos da educação básica e militantes sociais que desenvolvem ações de combate à exclusão social e cultural;
- E todo brasileiro que sonha com uma cultura viva.

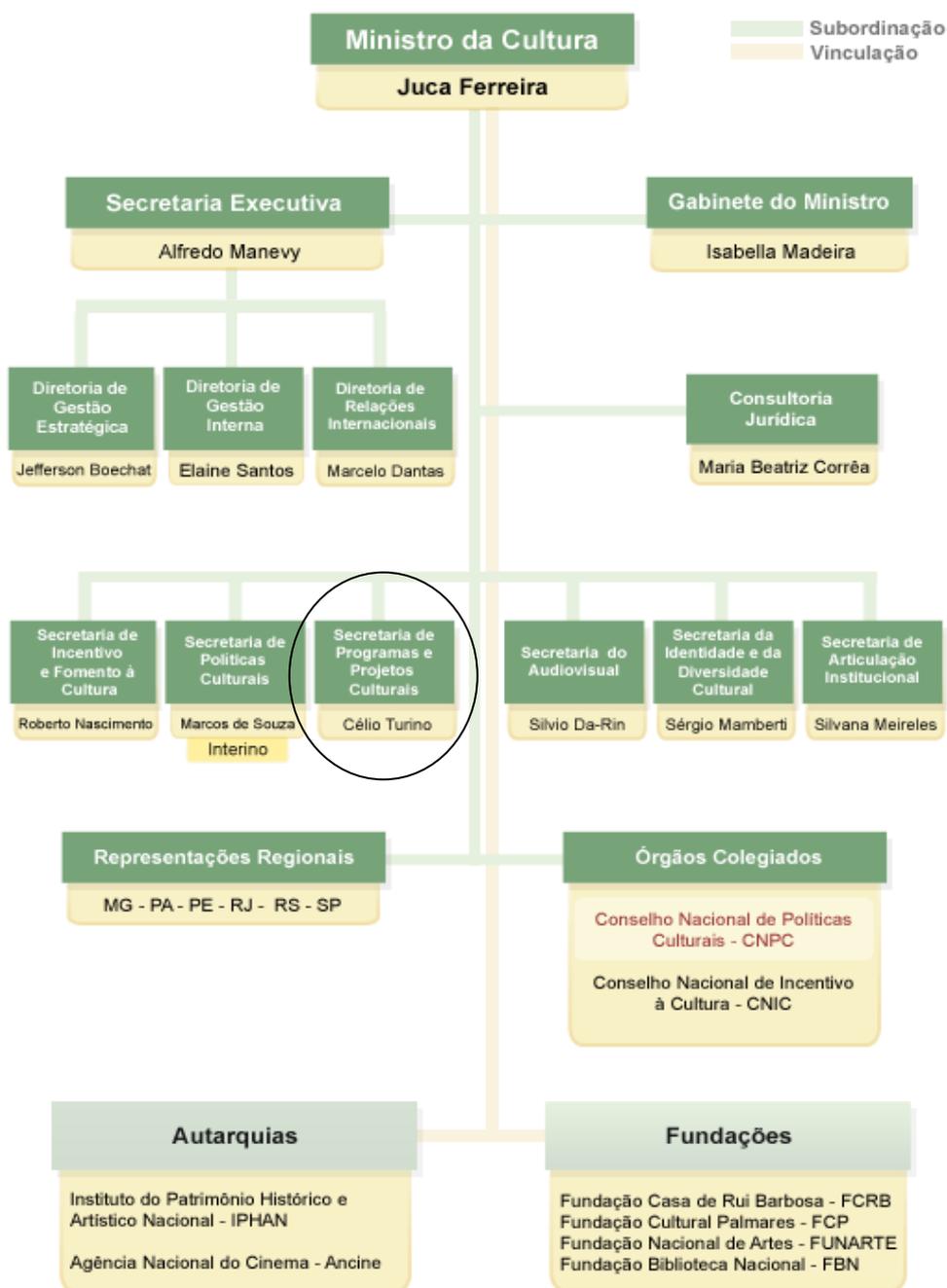
A unidade governamental responsável pela coordenação do Programa Cultura Viva é a **Secretaria de Programas e Projetos Culturais**, do Ministério da Cultura, criada pela Portaria N.º 16, de 25 de abril de 2007⁹ e tem por finalidade:

- I. Elaborar, executar e avaliar programas e projetos estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural;
- II. Instituir programas de fomento estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural;
- III. Planejar, coordenar e executar as atividades relativas à recepção, análise, controle, aprovação, acompanhamento e avaliação de projetos culturais estratégicos necessários à efetiva renovação da política cultural;

⁹ Portaria publicada no Diário Oficial da União n.º 84, de 3 de maio de 2007, seção 1, página 10

- IV. Gerar informações que possibilitem subsidiar o monitoramento e acompanhamento dos programas e projetos culturais; e
- V. Coordenar e promover estudos e pesquisas aplicados que subsidiem a elaboração, execução e avaliação de programas e projetos culturais estratégicos.

Para maior compreensão, segue a localização dessa Secretaria no organograma do MinC disponível no site oficial deste Ministério:



3.2.2 Execução

A execução do Programa se dá por meio de editais públicos que convidam entidades sem fins lucrativos (legalmente constituídas) à parceria e à participação em suas cinco ações, sendo elas: Ponto de Cultura (ação prioritária); Agente Cultura Viva; Cultura Digital; Escola Viva e o Griô. Em resumo:

1. O **Ponto de Cultura** tornou-se a “[...] referência de uma rede horizontal de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras”, é visto como uma “[...] alavanca para um novo processo social e cultural” e como “[...] um mediador na relação entre Estado e sociedade, e dentro da rede [...]”. O Ponto de Cultura é centralizador dos “[...] agentes culturais que articulam e impulsionam um conjunto de ações em suas comunidades, e destas entre si.” Sendo que um “[...] aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade”. Para que o Ponto seja instalado “Basta que os agentes da cultura viva se apresentem e se ofereçam”. Logo, “[...] desencadeia-se um processo orgânico agregando novos agentes e parceiros e identificando novos pontos de apoio [...]”. Cada comunidade proporciona inúmeras possibilidades de ações: (BRASIL, 2004, p. 20).

A partir dessa dinâmica, serão definidas as necessidades de instalação física e de equipamentos de cada Ponto de Cultura. Em um deles, o eixo pode ser a capoeira; em outro, um estúdio de gravação de hip-hop; em outro ainda, uma oficina de restauração, grupo de teatro ou de mímica, oficina de produção de textos e roteiros, atividades circenses, coral, círculo de leitura, cineclube, produção de programas para radiodifusão, balé moderno ou clássico, pólo de produção de vídeo digital, break ou danças regionais, oficina de escultura ou desenho, aula de violão ou percussão. Quem escolhe é o povo. Às escolhas, o Ministério da Cultura agregará novas ações e circuitos culturais. Pontos de diferentes matizes estarão instigando seus pares. Até que o eixo de cada Ponto passe a agregar novos eixos e a partir de um ponto surja uma espiral. (BRASIL, 2004, p. 20 e 21)

2. O **Agente Cultura Viva** “é a ação que se articula ao Ponto de Cultura para incitar no jovem o interesse em iniciar, futuramente, uma profissão relacionada à cultura. [...] O objetivo é fomentar a geração de renda nas próprias comunidades, a partir de uma economia solidária”. (BRASIL, 2004, p. 24)

3. **A ação Cultura Digital** é o instrumento que permite à comunidade “[...] gravar sua música, registrar sua imagem e colocá-las no ar, exercitando o processo de troca cultural entre os Pontos”, por meio de uma rede de tecnologia pautada em software livre com intuito de interligar todos os Pontos de Cultura viabilizando “[...] em escala nacional, experiências de compartilhamento da gestão pública, inovando no processo de controle e participação em políticas públicas”. (BRASIL, 2004, p. 25)

4. **A ação Escola Viva** “tem como objetivo integrar os Pontos à escola de modo a colaborar para a construção de um conhecimento reflexivo e sensível por meio da cultura”. Esta ação visa o resgate da “[...] interação entre cultura e educação, sem que haja distinção de valor e de atitude entre emoções, sentimentos, pensamento e conhecimento, de modo que, a cultura seja praticada como uma forma de inteligibilidade da identidade nacional, da emoção”. (BRASIL, 2004, p. 26, 27)

5. **A Ação Griô** trata-se de um “[...] diálogo intergeracional e multissetorial [...]” cultivado e repassado por mestres do saber oral “[...] sem que haja uma hierarquização, imposição ou uniformização da cultura”. É um “[...] processo que a memória assume um papel vital, de reelaboração e reinterpretação das tradições”. (BRASIL, 2004, p. 28)

3.2.3 Cidadania à luz do Programa Cultura Viva

Em consonância com o Plano Nacional de Cultura, o Programa Cultura Viva também apresenta o conceito de cidadania como uma das três dimensões da cultura no que tange ao acesso aos meios de fruição e produção cultural do país, porém ele é ainda mais específico: Autonomia, protagonismo e empoderamento constituem pilares da filosofia do Programa Cultura Viva e corrobora o desenvolvimento da idéia de uma gestão compartilhada e transformadora. (BRASIL, 2004, p. 33)

O Programa compreende a autonomia como algo que não pode ser dado, mas sim adquirido na relação sociedade-Estado, podendo ser traduzida em “[...] trabalho social, político e cultural[...]”, ou seja, é a “[...] própria realização, os atos concretos de participação e afirmação cultural”. (BRASIL, 2004, p. 34)

O protagonismo, por sua vez, avança na medida em que os movimentos sociais “[...] intervêm nas políticas de desenvolvimento social, nos hábitos da sociedade e na elaboração de políticas públicas.”, configurando o oposto do “dirigismo na gestão pública de cultura” (BRASIL, 2004, p. 34, 35).

O Empoderamento, por fim, é “entendido como um processo [...] caracterizado como o instrumento pelo qual podem se transformar as relações econômicas e de poder”. (BRASIL, 2004, p. 35). O Programa atenta para o fato de que:

“Autonomia, protagonismo e empoderamento não podem ser entendidos separadamente, de maneira estática ou como modelos. São conceitos em construção e seus significados só ganham relevância na proporção em que se relacionam e quando expressam as experiências dos próprios Pontos de Cultura, contribuindo para a construção de uma gestão compartilhada e transformadora.” (BRASIL, 2004, p. 35)

Para maior aprofundamento a respeito do Programa Cultura Viva, encontram-se, nas referências bibliográficas, os sítios disponíveis para consulta pública, dentre eles o endereço da edição anterior do Programa Cultura Viva aqui citado (3ª edição). Na versão eletrônica é possível verificar algumas diferenças da terceira edição, que em nada comprometem a teoria deste trabalho. Destaca-se aqui a principal alteração: título da versão em anexo “CULTURA VIVA: Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania”; título da versão atual (3ª edição) “CULTURA VIVA: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária”.

Após o estudo das referências teóricas acima mencionadas, somou-se o conhecimento empírico obtido em campo e assim foi possível delimitar o conteúdo do capítulo seguinte desta pesquisa, seus resultados.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Esta pesquisa pôde balizar alguns dos questionamentos citados no início deste estudo, como: Qual é a compreensão de cultura do Estado Brasileiro? Qual é a prioridade governamental em cultura? De que maneira o Ministério da Cultura (MinC) viabiliza esse direito previsto na Constituição de 1988? Quem são os usuários destas ações? Estão sendo vistos como beneficiários ou como agentes de mudança efetiva e sujeito de direitos? De que forma a cultura promovida pelo Estado brasileiro contribui para a liberdade dos indivíduos? E ainda a pergunta orientadora desta pesquisa: Como o Programa Cultura Viva concebe e promove a cidadania?

Dessa maneira, foram ouvidas 32 pessoas assim distribuídas:

- ✓ O Secretário de Programas e Projetos Culturais, gestor e coordenador do Programa Cultura Viva, Célio Roberto Turino de Miranda (Informante chave da SPPC),
- ✓ O Gerente de Ações do Programa Cultura Viva, Elisiário Palermo (Informante chave da SPPC),
- ✓ O Coordenador Geral do III Encontro Nacional dos Pontos de Cultura – Teia Brasília 2008, Coordenador do Ponto de Cultura Invenção Brasileira e do Pontão de Cultura Escola Viva, Chico Simões (Informante chave da sociedade civil), e
- ✓ 29 usuários do Programa Cultura Viva escolhidos aleatoriamente durante a Teia Brasília 2008.

E assim foram obtidos os seguintes resultados, distribuídos em concepção, promoção e percepção dos usuários.

4.1 CONCEPÇÃO

4.1.1 Cultura

No decorrer deste trabalho, foi evidenciado que a cultura tem poder e é determinante a maneira que o governo se dispõe a promovê-la por meio da sua política. Tendo em vista que as formulações teóricas são balizadoras da prática, buscou-se o

entendimento de como o Estado brasileiro pensa sua cultura dentro do órgão que lhe compete administração: o Ministério da Cultura.

Porém, desde o início, era sabido que a compreensão de cultura dentro do Estado Brasileiro ou mesmo dentro do Ministério da Cultura seria apenas um eixo orientador, visto que uma questão dessa magnitude requer uma especialização e aprofundamento bem maior do que este estudo pode alcançar. Ainda assim, foi de grande valia identificar que o Cultura Viva é o programa de maior destaque e alcance do MinC e, com isso, entende-se que grande parte do que se formula sobre ele é um bom reflexo do que pensa o Ministério e, conseqüentemente, o atual governo brasileiro.

Houve uníssona linha de expressão entre o que está escrito nas páginas que estabelece o Programa e o que foi dito pelos informantes-chaves. Com isso, concluiu-se que, se há, é mínima a distância entre a teoria e a fala dos informantes. Isso é tido como importante, pois se acredita que há muita clareza sobre o Programa: para que serve, a quem serve, para onde vai, como vai etc.

Uma vez que os informantes-chaves processam as informações de maneira muito aproximada, há menores chances de haverem desencontros conceituais, os quais poderiam implicar em práticas desconexas, desconstruídas e principalmente na expressão de interesses diferenciados. Foi possível visualizar, no decorrer das entrevistas, um envolvimento para além das incumbências profissionais, indicando um envolvimento pessoal maior com a filosofia do Programa.

O grande marco sobre a concepção da cultura dentro deste Programa, e que corrobora com o que é esperado de uma política cultural conforme teoria aqui elucidada, é o reconhecimento de que a sociedade é a grande promotora de cultura, cabendo ao Estado sua fomentação:

“[Há] entendimento efetivo de quem faz cultura é a sociedade, daí a necessidade de potenciar a iniciativa cultural da própria sociedade.” (Célio Turino)

Logo, os resultados da pesquisa acerca da concepção do Programa indicam que o Programa Cultura Viva é uma ação cultural governamental concebida com vistas a uma política que se põe a serviço da cultura, de tal maneira que percebe que “a sociedade civil é o grande sujeito de cultura” (COELHO, 2003). Canclini (1983) enfatiza que, sem

uma participação efetivamente democrática onde os próprios sujeitos sejam interrogados por suas demandas, não é possível estabelecer uma política cultural que consiga construir uma nova cultura dentro do capitalismo.

Talvez seja justamente pela necessidade de se manter o *estado das coisas* que o orçamento do Ministério da Cultura é um dos menores da Esplanada. Todos informantes-chaves afirmam que ainda é reduzida a atenção dada a este órgão, por mais que ele nunca tenha ficado tão em evidência quanto agora, ou seja, apesar da centralidade da cultura e dos esforços do Programa Cultura Viva, a atenção no que tange à agenda política, ao orçamento e à legislação dada ao Ministério da Cultura do Estado brasileiro é bem menor do que esse Ministério merece.

“Bem, a cultura, apesar dela ser central num processo de transformação da sociedade, ela ainda é relegada para um segundo plano (...)” (Célio Turino)

Isso pode levar a pensar que a estrutura maior denominada Estado ou mais especificamente um Estado Capitalista, não deseja investir no campo cultural como uma maneira de manipular ou apenas de não ceder ao poder da cultura. À essa suposição, no entanto, não há comprovação empírica, tratando-se de sugestão embasada em alguma informação isoladamente obtida somada à escrita de Caldas (1986, p.29): “por mais democrática que seja a sociedade, por mais ativa que seja a participação do Estado na produção da cultura objetivando sua democratização, existe no capitalismo a lógica de classe que estratifica”.

Apesar da suposição acima, tem-se algum indício de que o Programa Cultura Viva, que é realizado mesmo dentro de um Estado com dificuldades em recebê-lo em sua agenda política, em seu orçamento e em sua legislação possui não apenas um caráter inovador, mas potencialmente transformador, pois é concebido o mais democraticamente possível dentro de um sistema capitalista de produção.

“(...) a cultura não tem o maior orçamento da Esplanada dos Ministérios, (...) não tem nem 1% do orçamento, o pouco que ela faz, ela faz dentro de uma visão nova, de um outro paradigma de cultura: a cultura enquanto cidadania, a cultura enquanto economia, a cultura simbólica.” (Elisiário Palermo)

O Programa Cultura Viva tem um objetivo muito claro expresso na fala dos informantes-chaves: mudança. O intuito é mudar o Brasil por meio um movimento de base popular que vai gradualmente transformando as relações e comportamentos sociais, políticos e econômicos. Sobre esse viés inovador e transformador segue algumas citações que melhor elucidam a importância dessa concepção:

“O ministro Gil ele conseguiu um feito que eu considero histórico: foi deslocar o conceito do que é cultura.” (Chico Simões)

“[O Ponto de Cultura] recebe um reconhecimento do Ministério da Cultura, (...) que é da idéia do in antropológico, de potencializar ele nessa região. Ele vai conseguir então sensibilizar essa comunidade do entorno e essa sensibilidade do entorno vai sensibilizando... e assim a gente muda a cidade, a gente muda o Estado, a gente muda o país.” (Elisiário Palermo)

“Cultura Viva é isso: autonomia e protagonismo sócio-cultural do povo brasileiro. Pra quê? Pra mudar o Brasil.” (Célio Turino)

A Avaliação Piloto do Programa Cultura Viva (2006, p.61) também menciona o fato afirmando que “Para os coordenadores entrevistados, o Programa Cultura Viva apresenta concepções inovadoras sobre a cultura, identificando esta como um fator central no processo de transformação democrática da sociedade brasileira.” Essa transformação é o que busca Feijó (1983) ao argumentar sobre a necessidade de se fomentar o poder da cultura, pois ações dessa natureza são capazes de promover as verdadeiras transformações sociais no cenário político, econômico, social etc.

4.1.2 Cidadania

A cidadania, dentro do Programa Cultura Viva, é entendida de duas maneiras. Uma é mais objetiva, pois se refere à questão do acesso aos meios de fruição cultural do país conforme determinada na Carta Magna, no artigo 215 da Seção II: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.” Tal entendimento é pontual e visa dar cumprimento a essa Lei, onde todo brasileiro tem direito de acessar cultura, seja por meio de, por exemplo, um teatro estar

geograficamente mais próximo de sua casa ou estar financeiramente viável ao seu poder aquisitivo.

“(...) se consegue desenvolver a cidadania com a cultura (...) quando [se pode] garantir o acesso dessas pessoas.” (Elisiário Palermo)

A outra maneira de conceber cidadania dentro do Programa Cultura Viva é mais subjetiva e talvez impossível de mensurar. Aqui, ela é entendida com o processo de autonomia, protagonismo e empoderamento que atua lentamente na base da formação humana, onde a mudança de valores é essencial para o advento de uma nova etapa na história da civilização. Para Célio Turino, gestor do Programa, a maior revolução que pode acontecer é a mudança de valores.

4.1.3 Diálogo entre cultura e cidadania

Justamente pela necessária mudança de valores que o Programa Cultura Viva entende a cidadania, a cultura e a educação como adventos indissociáveis. Faz-se necessário maior convívio e respeito entre as pessoas. Uma forma de se construir isso é por meio de ações culturais. Essa afirmação consolida um dos propósitos maiores desse estudo: efetivar um diálogo entre cultura e cidadania, alocando esta última dentro do arcabouço cultural. Assim,

“[a cidadania é] como se perceber no mundo, o se relacionar com o outro, reconhecer o outro, tanto que na nossa ação aqui do Cultura Viva nós desenvolvemos dois aspectos fundamentais da cultura: Um que é fortemente desenvolvido mundo afora que é o da identidade, mas só reforçar a identidade não basta. É necessário que a gente incentive também a alteridade. O que é a alteridade? É a capacidade de se ver no outro. Quando você trabalha a identidade sozinha você cria esses fundamentalismos, as verdades acabadas, as pessoas só se identificam com seu grupo e acabam considerando o outro como um estranho.” (Célio Turino)

Uma ação cultural, conforme Coelho Neto (1986), “é uma aposta conjunta” onde as pessoas envolvidas irão se descobrindo e descobrindo seus meios e potencialidades

para trilhar um caminho longe do dirigismo cultural, que não estimula a participação dos sujeitos nas questões seja de sua comunidade, seja do seu país, ou seja, que não propicia a democracia.

“(...) qualquer assunto que a comunidade, que uma sociedade queira discutir cabe no campo da cultura: segurança, saúde, trabalho... (...) Então o Ponto de Cultura acaba funcionando como esse espaço, o espaço das pessoas estarem e, estando juntas, em reunião e compartilhando, acabam exercendo a cidadania que vai pedir segurança, limpeza tudo isso através da cultura (...).” (Chico Simões)

À questão central de dialogar cultura e cidadania, segue maior aprofundamento com base na capacidade que a cultura tem de agregar valor, da compreensão do espaço e da posição que uma pessoa ocupa. A seguinte citação de Chico Simões corrobora o entendimento supracitado no dicionário Houaiss (2001), que define a cultura como elemento imaterial que permeia todas as relações em sociedade:

“(...) se houvesse essa compreensão do que é cultura, esse valor que nós agregamos às relações, o cidadão teria mais claro o que ele quer, teria mais claro questões como os interesses de um grupo ou os interesses do outro grupo, ou mesmo de classes sociais diferentes, interesses de classes, ele teria isso mais claro. Então pessoas culturalmente informadas, uma pessoa culta, no sentido mais amplo que tem essa palavra, ela tem condições de exercer melhor a sua cidadania.” (Chico Simões)

4.2 PROMOÇÃO

4.2.1 Acesso

O Programa Cultura Viva é uma ação governamental que reconhece e potencializa um movimento social existente. Dessa forma, ele dá voz a sujeitos historicamente desfavorecidos das políticas culturais brasileiras. O ex Ministro Gilberto Gil deslocou o público usuário do MinC, onde antes era atendidas, em sua maioria, pessoas famosas, hoje encontram-se gente de todos os lugares do país, de todas as classes sociais, de todos os credos, cores e expressões artísticas.

“(...) Ministério não dava bola e agora ele passa a dar bola.” (Chico Simões)

Isso foi possível devido a uma antiga luta do movimento social cultural que há tempos vinha exigindo atenção do Ministério, sem, contudo, obter sucesso. Agora, o cenário é diferente, contabiliza-se mais de 800 Pontos de Cultura espalhados pelo Brasil. Esses projetos culturais enviaram suas propostas balizadas por edital público e foram selecionados por comissões julgadoras

4.2.2 Gestão compartilhada

O oposto de gestão compartilhada é o dirigismo. Coelho (2003) afirma que o dirigismo é regido por princípios pouco ou nada democráticos. O Programa Cultura Viva, porém, tende fortemente ao exercício de uma gestão compartilhada, na qual há responsabilidades de ambos os lados e a sociedade se empodera dos mecanismos de decisão e ação, mas esse ainda é um processo em que todos os atores estão aprendendo.

“(...) mas isso não é fácil porque é novo e nem sempre sabemos como nos comportar na fronteira dessas relações novidadeiras, o que cabe a sociedade civil e o que compete ao estado?” (Chico Simões em entrevista a Leo Brant, do Instituto Pensarte)

4.3 LIMITES E POTENCIALIDADES

4.3.1 Limites

O acesso universal é um dos pressupostos teóricos do Programa e pode ser entendido ora como um limite que ainda não foi alcançado, ora como uma etapa esperada dentro do processo de democratização do acesso à cultura. A meta é atingir o acesso universal, no entanto entende-se que ainda não é possível, devido à necessidade imediata de se atender prioritariamente àqueles que foram historicamente desfavorecidos das políticas públicas, e nesse processo se atende a todos:

“Universal, porém com prioridade, você tem que atender mais os menos assistidos, ao atender os menos assistidos você beneficia todo mundo e é também um processo de crescimento.” (Célio Turino)

As dificuldades encontradas para a realização da formação de jovens no campo cultural indicam um dos limites enfrentado pelo Programa. Uma das razões para essa limitação foi o pouco sucesso na parceria estabelecida com o Ministério do Trabalho: *“Aí que nem a gente [Ministério da Cultura] nem eles [Ministério do Trabalho] tinham estrutura para atender a demanda.”* (Elisiário Palermo). Outra razão foi o projeto não caber no orçamento, ou melhor, na mentalidade, a idéia de se pagar uma bolsa para que um jovem produza cultura: *“[As] Pessoas acham que tudo tem que ser voltado só para profissão, só para o mercado de trabalho stricto sensu (...)”* (Célio Turino)

É o que já afirmava Antonio Gramsci (1995b, p. 118), quando argumenta sobre a formação dos intelectuais e a organização da cultura *“A tendência, hoje, é (...) difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados.”* Aqui o autor fez menção especificamente às escolas profissionalizantes, porém deixa evidente a preocupação com a formação voltada unicamente para o mercado de trabalho.

Constitui mais um apontamento dentro dos limites a questão da utilização de software livre dentro da Ação de Cultura Digital, talvez pela sua própria filosofia, alcance e pouco conhecimento popular, que se deve também por questões políticas:

“Cultura Digital ela é uma cultura hacker. (...) o Bill Gates faz um lobby pesadíssimo. (...) as pessoas não conhecem o software livre. (...). Então o programa teve essa dificuldade, só que esse pessoal não deixou de agir.” (Chico Simões)

No entanto, houve um elemento fortemente destacado por vários entrevistados como um dos maiores limites do Programa Cultura Viva: a burocracia. Esta foi tida, por vários sujeitos, como grande entrave nos processos de diálogo, de participação, de gestão compartilhada, de inclusão, de prestação de contas e até mesmo de promoção da cidadania.

“[O] Estado não está preparado para isso, ele não tem estrutura legal para se relacionar diretamente com o povo.” (Célio Turino)

“(...) é como se o Estado falasse uma linguagem e a sociedade civil falasse outra. (...) o Estado, ele não sabe dialogar com uma pessoa física, só dialoga com

CNPJ. (...) tem a burocracia e é isso que impede ter um maior número de Pontos de Cultura, uma comunicação mais fluida entre os Pontos, dos Pontos com o Estado.”
(Chico Simões)

Sobre a burocracia, cita-se ainda, um dado da avaliação do Programa Cultura Viva onde se afirma que “41% dos Pontos tiveram dificuldades para apresentar os documentos requeridos no edital, indicando que são de difícil elaboração, por grupos pequenos e iniciantes”. (BRASIL, 2006, p. 62)

4.3.2 Potencialidades

Tendo em vista o que foi apreendido em campo, é possível indicar que a articulação em rede constitui uma das maiores potencialidades na execução do Programa Cultura Viva. Alguns sujeitos apontaram dificuldades de comunicação entre os Pontos, porém, de maneira geral, pode-se afirmar que o Programa é capaz de promover uma rede entre inúmeros pontos de manifestações populares e saberes históricos do Brasil inteiro.

O Programa Cultura Viva é como um processo orgânico articulador de uma grande rede: O Ponto de Cultura constitui uma “micro-rede” e as ações da “Escola Viva, a Ação Griô, Cultura Digital” constituem “meso-redes”, que funcionam como “vasos comunicantes entre os vários Pontos”, afirma Célio Turino. A Teia, ou Encontro Nacional dos Pontos de Cultura, é o evento onde a rede se realiza fisicamente e todos os Pontos se encontram.

Conforme avaliação do Programa (BRASIL, 2006, p.75), apenas 5% dos Pontos nunca haviam estabelecido contato com outros Pontos de Cultura. Aqui a Cultura Digital aparece de uma maneira positiva: capaz possibilitar a comunicação entre redes temáticas e também desenvolver dentro de algumas delas uma moeda própria de troca. Sobre esse aspecto, Coelho Neto (1986) acrescenta que a “cultura não é a simples soma, o estoque de produtos culturais acabados, prontos, mas um modo de vida entre esses produtos”.

Há ainda uma rede no âmbito institucional indicando que 53% dos Pontos têm algum relacionamento com instituições públicas municipais, 49% com instituições públicas estaduais e 48% com instituições públicas federais. (BRASIL, 2006, p.76)

Por fim, a Ação Griô também foi apontada como uma potencialidade do Programa, por funcionar de maneira muito bem administrada e articulada. Tudo isso faz do Cultura Viva um Programa com alto índice de aprovação popular, é o que garante a avaliação do Programa (BRASIL, 2006, p. 64) quando afirma que “Para 100% dos Pontos de Cultura, o Programa Cultura Viva deveria continuar no próximo governo”.

4.3.3 Afinal, e a cidadania?

Considera-se esse resultado como o mais importante dentro do enfoque desta pesquisa, pois ele aponta mais claramente para a comprovação da hipótese inicial de que o Programa Cultura Viva se encontra no rol das ações de governo com caráter efetivamente democrático, de contribuição significativa para a promoção da cidadania.

Este resultado foi obtido através de duas perguntas realizadas direta ou indiretamente a todos os sujeitos dessa pesquisa: O Programa Cultura Viva contribui para a promoção da cidadania? De que forma? Todas as respostas foram afirmativas e ilustradas com incontáveis exemplos de participação, solidariedade, autonomia, empoderamento, protagonismo etc.

Houve ressalvas acerca da temática, pois boa parte dos sujeitos entende que essa cidadania ainda não é plena, nem acabada, nem inquestionável. Trata-se de um processo de longo prazo, que ocorre nas nuances do dia-a-dia, na forma de perceber a si e ao outro, na maneira de se relacionar, de se localizar no cenário em que vive, de se perceber como agente de transformação.

Em campo, foi possível a coleta de um material muito rico que não cabe integralmente no presente trabalho. Há incontáveis depoimentos pessoais e dados significativos sobre como o Programa Cultura Viva está contribuindo para a promoção da cidadania. Algumas das falas narradas a seguir apontam na prática o ponto ou o contraponto daquilo que Coelho (2003) elucidou na teoria em três eixos de ações culturais dentro das políticas culturais: as que são superficiais, com viés caritativo; as que visam uma manipulação ideológica por parte do governo e, por fim, as ações culturais que estão de fato ocupadas conhecer seu sujeito e empoderá-lo no processo de transformação social.

As falas a seguir são exemplos de que o Programa Cultura Viva não está alocado nem no primeiro eixo, onde há caridade e o sujeito é configurado como desvalido, nem

no segundo eixo, que busca uma manipulação ideológica a serviço do governo, mas sim no terceiro eixo de ação cultural, que se põe a “[...] *conhecer-se quem afinal faz o que, onde, a que custo e quem, enfim, deseja ter acesso ao que, seja o que isso for*”, uma vez que “[...] *a sociedade civil é o grande sujeito de cultura*”. (COELHO, 2003) E, segundo o entendimento deste trabalho, essa linha de ação contribui para o protagonismo, para o empoderamento, para a autonomia, para a cidadania, afinal:

“(...) *estou encontrando outras iniciativas (...) pra que a gente consiga se organizar.*” (Diva, *Iniciativa Os Nômades, companhia de teatro que trabalha com pessoas com transtorno mental, Rio de Janeiro*)

“(...) *nós estamos construindo um musical afro brasileiro dentro da sala de aula.*” (Simone, *Ponto de Cultura de Capoeira e Hip Hop, São Paulo*)

“(...) *nós estamos lutando, sabe, pra gente construir um país diferente, um país justo, um país que se respeite os direitos humanos.*” (Lucimar Weil, *Ponto de Cultura Pé na Taba, Amazonas*)

“(...) *construímos uma carta agora para o presidente Lula, uma carta coletiva [escrita] pelos próprios mestres.*” (Márcio, *Griô aprendiz, Ponto de Cultura Grão de Luz e Griô, Lençóis, Bahia*)

“(...) *nosso trabalho como Griô é desmistificar as mentiras que foram mentidas até hoje.*” (Neives Batista (Mestre Batista), *72 anos, Mestre Griô, Pelotas, Rio Grande do Sul*)

“(...) *a gente tem mais possibilidade de conhecer outras possibilidades (...)*” (Curupati, *Ponto de Cultura Índios On Line, atuação nacional com sede no Nordeste*)

“(...) *os Pontos tão indo até a periferia (...)*” (Tarcísio, *Ponto de Cultura Pinacoteca do Porão da Pitanga, Acre*)

“(...) *[o Programa] colocou a gente mais em contato com a nossa própria comunidade (...)*” (Alexandre Santini, *Ponto de Cultura Ta na Rua, Rio de Janeiro*)

“(...) *Acho que cada ponto é um ponto cidadão.*” (Luiz Carlos de Menezes, *Ponto de Cultura e delegado de um GT. São Paulo*)

“(...) *nosso movimento é vanguarda da vanguarda porque aqui cabe todo mundo, aqui cabe até quem é contra o sistema de classes. (...) o que a gente ta fazendo nunca foi feito e eu acho que essa é a vida de todo mundo que trabalha com cultura, é*

criar, pô, você criar dentro da política eu acho que é uma coisa fantástica.” (Cristiane, ouvida durante reunião de delegados nacionais dos grupos de trabalho da Teia 2008)

“Nós somos o terceiro setor, que atende às demandas sociais e o Estado não consegue fazer isso (...) a gente tem que perceber o nosso potencial de aprofundar e avançar na política [---] porque a gente não pode virar um grupo que vai lá chorar pro MinC “me dá mais dinheiro, ah meu ponto amanhã não vai existir mais porque acabou o dinheiro...” eu existo há 20 anos, meu Ponto, [...] e não vai ser esse recurso que vai mudar o objetivo nosso de vida.” (Robson Bomfim Sampaio, Ponto de Cultura Mocambos/Tainá e Nos Caminhos de São Paulo, Campinas, São Paulo)

“(...) muitos dos jovens que eu conheço hoje, que estão engajados na cultura, foi graças ao Programa Cultura Viva.” (Fabiana Resende, articuladora da Ação Griô, Taguatinga, DF)

“Eu, numa das minhas primeiras ações que eu comecei na escola, eu comecei a criar o meu roteiro, a minha maneira (...)” (Dona Sirlei Amaro, Mestre Griô, Pelotas, RS)

“(...) eu acho importante nesse momento do país essa possibilidade da gente ta se colocando.” (Usuária não identificada, ouvida durante reunião de delegados nacionais dos grupos de trabalho da Teia 2008)

“(...) a gente nunca teve tanta gente juntos defendendo os mesmos interesses (...)” (Usuário não identificado, ouvido durante reunião de delegados nacionais dos grupos de trabalho da Teia 2008)

“(...) nós só estamos aprendendo a cultura.” (Bernadete, Ponto de Cultura CECAP de Tradição Cigana. Condomínio Parque CEACP, Zona Norte, Guarulhos, São Paulo)

“A auto estima desse povo simples ela está pra cima, graças a esse projeto.” (Paulo César. Ponto de Cultura UniCultura, Juiz de Fora)

“(...) eu fabrico pife, toco pife e ensino as pessoas a tocar. To desenvolvendo muita gente aqui em Brasília.” (Zé do Pife, Mestre Griô, Brasília)

A avaliação do Programa, realizada em 2006, traz vários dados que corroboram com o entendimento de que o Programa Cultura Viva contribui na promoção da cidadania, a citar:

“(...) as atividades do Ponto de Cultura também estão contribuindo para a formação de identidades, criação de novas redes sociais (ou de uma ‘outra sociabilidade’), e para a valorização da auto-estima dos participantes.” Em muitos casos, os entrevistados (alunos participantes) manifestaram que as atividades do Ponto trouxeram mudanças substantivas tanto na vida pessoal, no relacionamento com a família e com a sociedade, como também contribuíram para despertar novas vocações. Muitos deles acreditam que as experiências vividas nos Pontos de Cultura os levaram a pensar o mundo de outra maneira, aportando novos olhares, tornando-os observadores mais atentos da realidade. (...) Em muitos casos, conseguiram melhorar a sua capacidade de expressão verbal, de conviver com as diferenças e a conhecer novas possibilidades de exercer sua cidadania de forma mais participativa e responsável. Outros citaram a conscientização no que se refere à identidade cultural local, situando-os no contexto cultural em que vivem e no nacional. Muitos dos entrevistados manifestaram que através do Ponto de Cultura conseguiram ter acesso a outras formas de expressão cultural e acreditam que os cursos realizados abrirão novas possibilidades de trabalho e geração de renda.” (BRASIL, 2006, 114)

Desta maneira se dá a confirmação da hipótese deste trabalho: O Programa Cultura Viva está no rol das ações de governo com caráter efetivamente democrático, de contribuição significativa para a promoção da cidadania e corrobora com seu próprio objetivo de promover o acesso à cultura, bem como de potencializar as “energias sociais e culturais”¹⁰ do país, com vistas à formação de novos valores que contribuam para a construção de uma sociedade cooperativa e solidária.

É possível, inclusive, apontar os limites desse processo como parte das etapas de aprendizado de qualquer processo humano disposto à inovação. Trata-se de limites que constituem os balizadores do que melhorar no caminho, na estrutura e até mesmo no sistema. Com essa ressalva expressa, é possível apontar que o Programa Cultura Viva estimula a cidadania, com seu cunho protagonista visando à formação de um sujeito crítico, autônomo, livre para escolher, empoderado, capaz de ocupar espaços de tomada de decisões determinantes para o processo de transformação social.

¹⁰ Expressão extraída da portaria n.º 156 de 6 de julho de 2004 que constitui o Programa Cultura Viva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ricas informações ouvidas e aprendidas em campo foram capazes de ir muito além da resposta da pergunta orientadora desta pesquisa. Se no início busquei saber como o Programa Cultura Viva concebe e promove a cidadania, no decorrer pude conhecer pessoas, testemunhar ações e compartilhar sentimentos que me comprovaram que o Programa Cultura Viva encontra-se no rol das ações de governo com caráter democrático, de contribuição significativa para a promoção da cidadania.

Desde o início aderi à preocupação com relação às fortes influências que algumas culturas exercem sobre as outras num mundo onde é grande a fluidez da comunicação globalizada e determinante o poder econômico que se tem nesse processo. A questão é que isso tende a levar a um processo de *homogeneização cultural*, na qual culturas populares – regadas de saberes e tradições históricas – vão perdendo espaço para as culturas de massa, sendo essas fortemente marcadas pelos interesses de mercado.

Diante dessas informações aqui descritas somadas às que apreendi no decorrer da graduação é que gostaria de – singelamente – sugerir ao serviço social que aprofunde suas relações com a cultura brasileira e, conseqüentemente, com as ações culturais das políticas de cultura, pois é assim que eu compreendo as palavras de Vicente de Paula Faleiros:

“As situações são dinâmicas e as resistências podem mudar a correlação de forças. Para isso podem contribuir os profissionais da área social, considerando o processo, o resultado e os interesses em jogo. A defesa de direitos é uma categoria de resistência que tem espaço na construção da cidadania, na operacionalização da efetivação das garantias legais através de dispositivos públicos (...)”
(FALEIROS, 1999, p. 194)

Faleiros (1999, p. 195, 196) acrescenta que no processo de mudança é importante o “trabalho da voz do dominado” que “pode ser o canto, a expressão, a reclamação, a denúncia na imprensa e na televisão, o recurso, a assembléia, o grupo, a queixa, a entrevista, contanto que a fala tenha seu lugar garantido”.

Além disso, como afirma Marina Maciel Abreu (2002, p. 24), importante autora do saber em Serviço Social, no que tange à organização da cultura e a centralidade desse tema no processo de transformação social:

“(...) o lugar da cultura como condição necessária do processo de emancipação político-ideológica dessas classes, do qual faz parte a luta pela constituição e redimensionamento das relações de força e a conquista do poder do Estado. Este processo integra o amplo movimento ideológico-político-militar de superação da ordem burguesa e da construção de uma nova sociabilidade pelas referidas classes (...)”

O resultado desta pesquisa me faz crer que existe algo além do conformismo, do comodismo, do ostracismo, do imobilismo de que julgam a sociedade. Saio desta pesquisa renovada e aprendiz do processo de transformação social. Saio daqui mais sujeito do que os meus sujeitos de pesquisa, pois agora afirmo que me encontro totalmente dentro desse processo e com muita vontade de acrescentar a ele. À cerimônia de encerramento da “Teia Brasília 2008” escrevi algumas palavras que podem transmitir um pouco do que estou tentando expressar:

“Trago aqui, agora, um novo sentimento comigo. Um sentimento de pertencimento e de realização. Além, claro, da Felicidade de ter estado, sentido, chorado e participado do maravilhoso evento Teia 2008 que reuniu pessoas e Pontos de Cultura de todo país. Um acontecimento onde governo e sociedade civil se encontram e de verdade dialogam. Trago aqui comigo um sentimento de mudança, um sentimento cultural embrionário que parecia desde há tanto tempo esperando apenas essa água para ser regado. Só consigo pensar em chorar, por existir, por pertencer, por... isso tudo que estou vendo aqui...”

... Se o Programa Cultura Viva promove cidadania? O que é a cidadania afinal? Pois se posso servir de exemplo eu nunca me senti tão capaz, tão empoderada, tão agente de transformação quanto agora, talvez cidadania seja um sentimento. Um desejo, um sonho real de cada brasileiro que saiba ou não o que vem a ser isso. Obrigada Teia 2008. Obrigada gestores-usuários, usuários-gestores, seres humanos afinal. Estamos no caminho certo”.

Acolho esse sentimento de êxtase, mas compreendo, contudo, a necessidade de me manter em alerta, pois isso faz parte do próprio pensamento crítico. Aos usuários

desse Programa ou a qualquer cidadão compete o exercício contínuo de reflexão, de percepção do processo, de acompanhamento dos objetivos dessa ou de qualquer outra ação cultural, de crítica, de autocrítica visto que por meio da cultura ocorrem as grandes transformações na sociedade.

Justamente por isso essa pesquisa me trouxe uma série de outras reflexões a serem aprofundadas em momentos vindouros: Quais são os limites de uma ação cultural com vistas à transformação dentro de um Estado capitalista? De que trata essa transformação? Qual é a compreensão dessa transformação para os atores envolvidos no processo? Até onde o Estado deve ir para que incentive a autonomia do cidadão e até onde este pode ir sem desresponsabilizar o Estado? Um “outro mundo é possível”? Qual mundo? O que é exatamente a homogeneização da cultura e em que se distingue da cultura global? São muitas questões, muitas dúvidas que me apontam o caminho da pesquisa com fonte de respostas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. – São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição [da] Republica Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno: Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*. Brasília, 2007. Disponível em www.cultura.gov.br/pnc. Último acesso em 21 de outubro de 2008.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno: Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura*. 2ª ed. – Brasília, Agosto de 2008. 100 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Cultura Viva: Programa Nacional de Arte, Educação, Cidadania e Economia Solidária*. 3ª ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2004. 87 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Relatório Final: Avaliação Piloto Programa Cultura Viva*. Núcleo de Políticas Públicas de Cultura do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Setembro de 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Tudo sobre educação*. Brasília: Secretaria da Educação, 1989. 140 p.

CACLINI, Nestor García. *As culturas populares no capitalismo*. – São Paulo: Brasiliense, 1983.

CALDAS, Waldenyr. *Cultura*. 4ª ed. – São Paulo: Global, 1986. – (Coleção Para Entender, v. 5).

CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E DIVULGAÇÃO - CID. *A função do conceito de cultura no Brasil*. – Petrópolis: Vozes, 1981.

COMO EXERCER SUA CIDADANIA. – São Paulo: Bei Comunicação, 2003. – (Coleção entenda e aprenda)

COELHO, José Teixeira. Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida. In: *Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura*. – Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p. 217-232.

COELHO NETO, José Teixeira. *Usos da cultura; políticas de ação cultural*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. (Coleção Educação e comunicação, v. 16).

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 26ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. – (Coleção Temas Sociais; 108).

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3ª ed. – São Paulo: Atlas, 1995.

_____. *Pesquisa e informação qualitativa: Aportes metodológicos*. – São Paulo: Papirus, 2001. – (Coleção Papirus educação)

FALEIROS, Vicente de Paula. *Estratégias em Serviço Social*. 2ª ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

FEIJÓ, Martin Cezar. *O que é política cultural?* – São Paulo: Brasiliense, 1983. – (Coleção Primeiros Passos; 107).

FUNARI, Pedro Paulo. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 49-80.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. – São Paulo: Atlas, 1999.

GOODE, Willian J.; HATT, Paul. *Métodos em pesquisa social*. 2ª ed. – São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1968.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 10ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995a.

GRAMSCI, Antônio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995b.

GUARINELLO, Noberto Luiz. Cidades-estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-48.

HOORNAERT, Eduardo. As comunidades cristãs dos primeiros séculos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 81-96.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KARNAL, Leandro. Revolução Americana: Estados Unidos, liberdade e cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 135-157.

KONDER, Leandro. Socialismo: Idéias que romperam fronteiras. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 171-189.

- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 13ª ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- MANZINE COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania?* – São Paulo: Brasiliense, 2002. – (Coleção Primeiros Passos; 250).
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 6ª ed. – São Paulo: Atlas, 2001.
- MATTELART, Armand; DELCOURT, Xavier; MATTELART, Michele. *Cultura contra a democracia? : O audiovisual na época transnacional*. – São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MONDAINI, Marco. Revolução Inglesa: O respeito aos direitos dos indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 115-134.
- ODALIA, Nilo. Revolução Francesa: A liberdade com meta coletiva. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 49-80.
- PINSKY, Jaime. Os profetas sociais e o deus da cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005 b. p. 15-28.
- PINSKY, Jaime; PINSKY Carla Bassanezi (orgs.). *História da cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005a.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. *Manual de investigação em ciências sociais*. Tradução João Minhoto Marques; Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. 2ª ed. – Lisboa: Gradiva, 1998.
- RIZZINI, Irma; CASTRO, Mônica Rabello de; SARTOR, Carla Silvana Daniel. *Pesquisando...: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1999.
- SANTOS, José Luiz dos. *O que é cultura?* 14º ed – São Paulo: Brasiliense, 1994. – (Coleção Primeiros Passos; 110).
- SEN, Amartya Kumar. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, Paul. Direitos sociais: A cidadania para todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 15-28.

TOBAR, Frederico; YALOUR, Margoy Romano. *Como fazer teses em saúde pública – Conselhos e idéias para formular projetos e redigir testes e informes de pesquisa*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2004

VIEGAS, Waldyr. *Fundamentos lógicos da metodologia científica*. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

ZERON, Carlos. A cidadania em Florença e Salamanca. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). *História da Cidadania*. 3ª ed. – São Paulo: Contexto, 2005. p. 97-114.

DOCUMENTOS DISPONÍVEIS NA INTERNET

Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais
<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149742POR.pdf>

Documento Cultura Viva

www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2007/11/documento_culturaviva_1114202168.pdf

Plano Nacional de Cultura

http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/10/pnc_2_compacto.pdf

Relatório Final: Avaliação Piloto Programa Cultura Viva

http://www.cultura.gov.br/upload/Relatorio_Final_1164734429.pdf

ANEXO I – Roteiro de entrevista semi-estruturado

Nome do entrevistado / Função que exerce

1. **Cultura:** *Poder / Democracia / Política cultural.*

- 1.1. Por que, no Brasil, há necessidade de políticas, programas ou ações culturais? Quais são as demandas?
- 1.2. Há participação da sociedade na elaboração dessas políticas e programas? De que maneira?
- 1.3. De que forma a sociedade participa da elaboração dessas políticas?
- 1.4. Existe algum principal programa ou política do MinC? O que o caracteriza?
- 1.5. Dos Ministérios existentes, como se avalia a atenção ao MinC pelo Estado Brasileiro (agenda política, orçamento, legislação etc.)? A que se deve isso?

2. **Cidadania:** *Tutela / Assistência / Emancipação.*

- 2.1. Como o MinC define a cidadania?
- 2.2. Por que é importante realizar um elo entre cultura e cidadania?
- 2.3. Como se percebe, na prática, a dimensão de cidadania do conceito de cultura (dimensões simbólica/cidadania/economia)?

3. **Programa Cultura Viva:** *Marco histórico / Aspectos favoráveis e desfavoráveis / Entendimento do sujeito / Prioridade governamental*

- 3.1. Por que surgiu? Quais eram as demandas? Por que ele é importante?
- 3.2. Durante seu planejamento houve participação da sociedade civil?
- 3.3. Quem é o usuário deste Programa? Porque ele foi escolhido?
- 3.4. Qual ação ou perspectiva do Cultura Viva logra mais êxito em sua execução?
- 3.5. Qual ação ou perspectiva do Cultura Viva enfrenta maior dificuldade? Por quê?
- 3.6. Qual o objetivo maior do Programa Cultura Viva?

4. **Cidadania no Programa Cultura Viva:** *Motivação / Definição / Metodologia / Alcance / Aspectos favoráveis e desfavoráveis / Articulação entre cultura e cidadania*

- 4.1. Por que se contempla cidadania dentro do Programa Cultura Viva
- 4.2. Qual a compreensão de cidadania dentro do Programa Cultura Viva?
- 4.3. Como se executa cidadania dentro do Programa Cultura Viva? Ações.
- 4.4. Qual a maior dificuldade de se executar cidadania dentro do Cultura Viva?
- 4.5. Está sendo possível contemplar cidadania dentro do Programa Cultura Viva?

5. **Livre:**

- 5.1. Gostaria de fazer mais alguma contribuição?